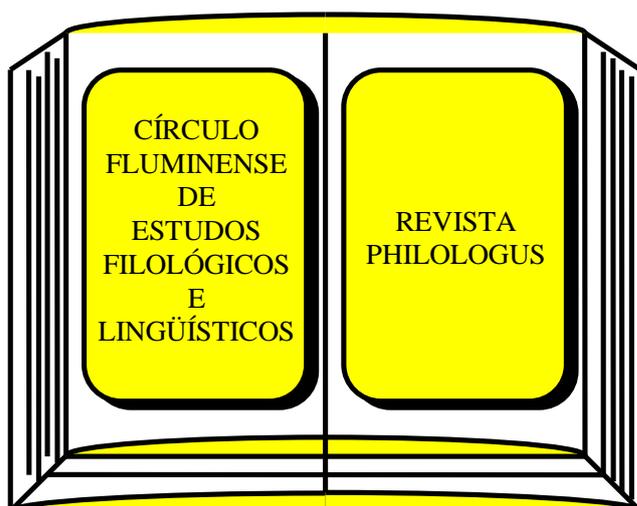


REVISTA PHILOLOGUS



Rio de Janeiro - Ano 1 - N.º 2
Maio/Agosto - 1995

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento de taxas postais correspondentes.

Expediente

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e Lingüística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL).

Endereço provisório - Rua Tibagi, 499 - Bangu - Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 21.820-270 - Tel.: (021) 331-9051.

Diretor-Presidente:

Prof. Emmanuel Macedo Tavares

Vice-Diretor:

Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior

1.º Secretário:

Prof. Ruy Magalhães de Araujo

2.º Secretário:

Prof. José Pereira da Silva

Equipe de Apoio Editorial:

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados à publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe

Paulo Roberto da Silva Riehl

Distribuição:

Editorial

É com grande satisfação que o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) publica neste 2.º número de sua Revista as palestras apresentadas na I Semana de Estudos Filológicos e Lingüísticos promovida pelo Círculo e com o apoio técnico da Universidade Veiga de Almeida, nas dependências desta, no período de 22 a 26 de maio próximo passado. A ênfase que se deve dar à comparação de línguas românicas para a reconstituição da língua-mãe, o latim, é enfocada no *Estudo histórico-comparativo das línguas românicas* à pág. 3.

Na pág. 14 é feito um questionamento sobre um novo campo de estudos que está surgindo nos meios acadêmicos: a crítica genética. E por não possuir um método próprio, pode ser considerada ciência? E, *Crítica Genética: uma ciência nova?* é motivo de reflexão para os interessados na verdadeira ciência.

À pág. 19, o artigo "O topônimo *Conservatória* à luz da corrente 'Wörter und Sachen' é dedicado à uma questão etimológica: o topônimo fluminense *Conservatória*.

Aos amantes e aos iniciantes em *Crítica Textual* é indicado o artigo da pág. 29 *Breve apanhado sobre a Crítica Textual na modernidade* onde está traçado um panorama sobre esta técnica filológica empregada na restauração, fixação e publicação de textos literários ou não.

E encerrando este número encontra-se à pág. 35 a aplicação de outra corrente da Geografia Lingüística: a Onomasiologia. *Meios de transporte: uma abordagem onomasiológica parcial* desenvolve considerações semânticas sobre os vários nomes empregados aos transportes utilizados em algumas regiões brasileiras.

Vamos até lá.

SUMÁRIO

3

O estudo histórico-comparativo das línguas românicas -
José Pereira da Silva.

14 Crítica Genética: uma ciência nova? - *Emmanuel Macedo Tavares*.

19 O topônimo *Conservatória* à luz da corrente “Wörter und Sachen” - *Álvaro Alfredo Bragança Júnior*.

29 -Breve apanhado sobre a crítica textual na modernidade - *Ruy Magalhães de Araujo*.

35 Meios de transporte: uma abordagem onomasiológica parcial - *Maria Antonia da Coata Lobo*

O ESTUDO HISTÓRICO-COMPARATIVO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

de B. E. VIDOS*

Adaptação: Prof. José Pereira da Silva

Mestre em Lingüística e Filologia Românica, UFRJ. Professor Adjunto de Língua Latina e Filologia Românica, UERJ. Dedicase à pesquisa na área de Ecdótica e Crítica Textual.

1. INTRODUÇÃO

Comparar é uma tendência universal dos homens. Experimentamos certo prazer em comparar certos fenômenos com outros; constatamos com satisfação, por exemplo, que duas pessoa se parecem, apesar de não haver entre ambas nenhum vínculo de parentesco, e nos alegramos por podermos manifestar nossa constatação. Quando encontramos traços semelhantes em duas pessoa sem sabemos que são parentes, independente do prazer experimentado, fizemos uma descoberta com essa comparação. Esta tendência a comparar deu origem certamente a muitas descobertas científicas. Mas, ao comparar, não estamos obrigados a chegar sempre a descobertas de caráter genealógico; podemos também simplesmente esclarecer certos fenômenos. O método comparativo, em Lingüística, não é necessariamente histórico e, inclusive, pode, apesar das afirmações contrárias de Saussure, ter um objetivo que não

seja a reconstrução. O método da Lingüís

*cf. "O método histórico-comparativo". In: *Manual de Lingüística Românica*. Tradução do Prof. José Pereira da Silva a ser publicado em breve pela Editora da UERJ.

tica Histórica, ao contrário, só pode ser comparativo.

2. ESTUDO COMPARATIVO DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

2.1 - O PARTITIVO FRANCÊS

Podemos assegurar que em princípios do século XII a frase "conquistarei cidades" se dizia no antigo francês *conquerrai citez*, enquanto que em francês moderno se diz *je conquerrai des villes*, ou seja, no século XII ainda não era usado o partitivo em francês. E um fato conhecido que o partitivo só aparece excepcionalmente no francês dos séculos XII e XIII e que o uso universal do mesmo em francês moderno se deve, entre outras coisas, ao fato de não existir hoje diferença de pronúncia entre o singular e o plural da maior parte das palavras (*ville, villes*). Nos

séculos XII e XIII, no entanto, ainda existia (por exemplo, o singular do antigo francês *citét*, plural *citez*), já que em francês o *s* começou a ser mudo em fim de palavras somente a partir do século XIII. Vê-se claramente que, na realidade, a falta de diferenciação entre o singular e o plural é uma das causas pelas quais hoje necessitamos de usar em francês o partitivo, quando confrontamos a tal propósito o francês com outras línguas. Em espanhol, por exemplo, em que não existe propriamente um partitivo e em que se conservou o *s* em final de palavra, a frase *conquistaré ciudades* (= antigo francês *conquerrai citez*) é bem clara por si mesma. O italiano nos esclarece ainda mais, porque esta língua não usa o partitivo com as palavras que distinguem o singular do plural, mas apenas com aquelas que não fazem tal distinção. Para a palavra *città*, que é invariável no plural, o antigo francês *conquerrai citez* é traduzido para o italiano *conquisteró delle città* (com o partitivo), como no francês moderno (*je conquerrai des villes*). Quando, no entanto, em italia-

no, se distingue o plural do singular, não é necessário empregar o partitivo no plural, e assim se diz, por exemplo, *conquisteró villaggi* (diferente de *villaggio*) como no antigo francês.

Para ilustrar, neste caso, o uso do partitivo em francês, não necessitaríamos de nos servir, para a comparação, de uma língua românica, mas poderíamos ter tomado qualquer outra língua a que se pudesse atribuir a ausência ou a presença do partitivo, ou de uma construção sintática equivalente, à distinção ou à falta de distinção entre singular e plural. O método comparativo não se torna histórico-reconstrutivo neste caso, mas permanece apenas e simplesmente comparativo. Ao contrário, converte-se em histórico quando, por meio da comparação, se pode chegar a postular a existência de estados lingüísticos precedentes, dos quais devem derivar necessariamente os que são objeto de comparação, isto é, quando da comparação se passa à reconstrução e à genealogia.

2.2 - O NUMERAL “OITO”

Enquanto a língua originária indoeuropéia for desconhecida para nós, as correspondências regulares entre as diversas línguas dela provenientes tornam-se significativas, mas não

passam, definitivamente, de correspondências, e a língua indoeuropéia, de uma hipótese de trabalho. O que ainda era uma hipótese no campo da Lingüística Românica. O método comparativo se fez propriamente no campo das línguas românicas, pois somente para estas línguas é conhecida a língua originária, o latim, a partir do qual podemos seguir durante um intervalo de dois mil anos a evolução histórica destas línguas. Enquanto as correspondências que existem entre o latim *octo*, grego *okto*, antigo irlandês *ocht*, gótico *ahtau*, antigo indiano *a'stau*, lituano *a'stuni* e entre o latim *centum* e as outras formas análogas não são mais que correspondências baseadas num fundamento de comparação científica, é um fato que o francês *huit*, italiano *otto*, espanhol *ocho*, catalão *vuit*, romeno *opt* derivam do latim *octo* um fato evidente historicamente, pois sabemos que as línguas românicas procedem do latim. Mas a evidência não é suficiente, é necessário prová-la cientificamente. Ao considerar que o grupo consonantal *-ct-* (em *octo*) deu em francês *-it-*, em italiano *-tt-*, em espanhol *-ch-* e em romeno *-pt-*, e que em todas as línguas românicas se obtêm sempre os mesmos resultados do latim *-ct-* (por exemplo, latim *nocte[m]* >

francês *nuit*, italiano *notte*, espanhol *noche*, romeno *noapte*, latim *factu[m]* > francês *fait*, italiano *fatto*, espanhol *hecho*, romeno *fapt*, etc.), a realidade de que o francês *huit*, italiano *otto*, espanhol *ocho* e romeno *opt* derivam do latim fica demonstrada pelo método comparativo.

2.3 - O SUBSTANTIVO “ORELHA”

Os exemplos que se seguem pretendem demonstrar a realidade histórica do método comparativo aplicado à Lingüística Românica. Confrontemos o francês *oreille*, italiano *orecchia*, espanhol *oreja*, português *orelha* e o romeno *ureche*. Nestas cinco palavras, que apresentam uma evidente semelhança, a primeira sílaba mostra uma correspondência surpreendente (*or-*, *ur-*), e as outras, uma grande diferença (*-eille*, *-ecchia*, *-eja*, *-elha*, *-eche*). A forma corrente em latim para ‘orelha’ é *auris*, com a qual não é possível fazer corresponder a segunda parte das palavras românicas. Mas existe também o derivado latino *auricula*, com o qual poderiam muito bem relacionar-se as palavras românicas. Se confrontamos as denominações românicas de orelha com as de olho, por exemplo, (francês *oeil*, italiano *occhio*, espanhol *ojo*, português *olho* e romeno

ochiu), para as quais é evidente a origem referida ao latim *oculus*, constatamos que o elemento consonântico da segunda parte das palavras românicas é o mesmo, tanto para ‘orelha’ como para ‘olho’: francês *il[le]*, italiano *cch*, espanhol *j*, português *lh* e romeno *ch*, e ao mesmo tempo comprovamos que as palavras românicas que designam orelha vêm do latim *auricula* e não do latim *auris*. Outras comparações nos mostram que o francês *il[le]*, italiano *cch*, espanhol *j*, português *lh* e romeno *ch* não devem remontar ao latim *-cul-* diretamente (como em *auricula*, *oculus*), mas ao latim *-cl-*; e o *Appendix Probi* (século III), que ao lado das formas latinas registra formas “incorrestas” que estavam em uso no latim vulgar, nos diz por exemplo, nas glosas 3, 4, 7, 8, 9 e 111, que realmente se deve dizer *speculum nos speclum*, *masculus non masclus*, *veranculus non vernaculus*, *articulus non articlus*, *baculus non baclus* e *oculus non oclus*. Com o método comparativo nos remontamos, portanto, ao passado, até à forma latina *auricla*. Mas, com este método, podemos nos aproximar ainda mais da verdade histórica.

2.4 - O DITONGO LATINO “AU”

Com efeito, ao comparar as línguas românicas, considerando o resultado do ditongo latino *au*, vemos que de francês, italiano, espanhol e catalão *o*, em português *ou*, enquanto que, ao contrário, se conservou em romeno e em provençal (por exemplo, *aurum* e *taurum* continuam em francês *or*, antigo francês *tor*, italiano *oro*, *toro*, espanhol *oro*, *toro*, catalão *or*, *toro*, mas em português *ouro*, *touro*, em romeno *aur*, *taur*, e em provençal também *aur*, *taur*). O português *orelha* (cf. português *ouvir* < latim *audire*) e o romeno *ureche* (cf. romeno *uccid* ‘ouvido’ < latim *occido*) não podem, portanto, vir do latim vulgar *auricla*, mas do latim vulgar *oricla*. Enquanto o francês *oreille*, italiano *orecchia*, espanhol *oreja* e catalão *orella* poderiam ser continuadores de ambas as formas do latim vulgar, o antigo provençal *aurelha* e o provençal *auriho* vêm do latim *auricla*. Aplicando o método comparativo, chegamos à conclusão de que as palavras românicas para ‘orelha’ não vêm do latim *auris*, mas de um latim vulgar *oric[u]la*, *auric[u]la*, uma palavra popular que realmente se encontra em Plauto, Cícero, Plínio, Festo e no citado *Appendix Probi* (glosa 83: *auris non oricla*), e que já no tempo de Sila era a palavra usual para *au-*

ris. Neste caso, o método comparativo significa o mesmo que história lingüística.

2.5 - O *i* BREVE E O *e* LONGO

Grande número de comparações deste tipo provaram que as línguas românicas não procedem do latim clássico, mas do latim vulgar. Assim, em qualquer gramática histórica se vê que as vogais do latim clássico *i*, *-e* (salvo raras exceções) evoluem para *e* no latim vulgar, e que esta vogal, quando é tônica e se encontra em sílaba livre, dá, por sua vez, no rético *ei* e mais tarde *ai*, no italiano *e*, no siciliano *i*, no francês *ei* e mais tarde *oi*, no espanhol *e*. Contudo, chegou-se a esta conclusão, comparando palavras românicas entre si e com o latim clássico. Por exemplo, o rético, (engadinês) *pail*, *pair*, *taila*, *vair*, o italiano *pelo*, *pera*, *tela*, *vero*, o siciliano *pilu*, *pira*, *tila*, *viru*, o francês *poil*, *poire*, *toile*, *voire* (antigo francês *peile*, *peire*, *teile*, *veir*), o espanhol *pelo*, *pera*, *tela*, *vero*, mostram claramente que estas palavras não derivam do latim clássico, de palavras com as vogais *i*, *-e* como se encontram em *pilum*, *pira*, *tela*, *verum*, mas de palavras que apresentam uma vogal idêntica; de outro modo não poderíamos esperar nestas línguas românicas sempre a mesma

vogal (ou o mesmo ditongo). A vogal que sugerem foneticamente as palavras italianas com *e*, a sicilianas com *i*, as espanholas com *e* e as românicas e francesas, respectivamente, com *ei* > *ai* e com *ei* > *oi*, é uma vogal latina vulgar (ou do românico comum) *e* fechado. Não importa se esta vogal *e* está documentada ou não em latim vulgar, as línguas românicas demonstram sua existência com inúmeros exemplos, como também demonstram a existência de um *o* em latim vulgar em vez do *u* e *o* do latim clássico. Por outro lado, o *e* está documentado na realidade e precisamente nas inscrições e textos semelhantes, onde a língua falada obtém maior dignidade e nas quais, a partir do século III depois de Cristo, encontramos escrito *e* em vez de *i*. Por isto, no caso da mudança do *i*, *e* em *e*, por causa da comparação de inúmeros casos e de sua surpreendente regularidade, fica excluída toda casualidade.

2.6 - A TERCEIRA PESSOA DO PLURAL DO PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO

Vejam-se também exemplos no campo da morfologia. Para a terceira pessoa do plural do perfeito do indicativo de *dicere* e *facere* existiam em latim clássico, respectivamente,

as três formas *dixerunt*, *dixere*, *dixerunt*, *fecerunt*, *fecere*, *fecerunt*. Se comparamos o antigo francês *distrent*, francês *dirent*, antigo francês *distrent*, francês *dirent*, antigo francês e francês *firent*, italiano *díssero*, *fecere* existiam em latim clássico, respectivamente, as três formas *dixerunt*, *dixere*, *dixerunt* e *fecerunt*, *fecere*, *fecerunt*. Se comparamos o antigo francês *distrent*, francês *dirent*, antigo francês e francês *firent*, italiano *dissero*, *fecero*, romeno *zisera*, *feacera*, vemos que o acento recai sobre a primeira sílaba em todas as línguas românicas e que esta acentuação é condição requerida para o desenvolvimento regular de formas românicas. Já que nas palavras latinas polissílabas o acento recaía sobre a penúltima sílaba quando esta era longa e sobre antepenúltima quando a penúltima era breve, as formas românicas devem proceder do latim vulgar *dixerunt*, *fecerunt* (este último se encontra em Plauto, por exemplo), que têm o acento sobre a primeira sílaba. O rético (engadinês) *savair*, italiano *cadere*, *sapere*, siciliano *cadiri*, antigo francês *cheoir*, francês *choir*, *savoir*, antigo provençal *cazer*, *saber*, espanhol *caer*, *saber*, português *cair*, *saber*, etc., não podem ser as continuções do latim *cadere*, *sapere*, entre outras

coisas, por causa do acento, que não recai nunca na primeira sílaba, e dos ditongos do francês e do rético, que, como vimos, remontam a um *e* tônico. Para poder explicar as formas românicas devemos partir do latim vulgar **cadere*, **sapere*, que devemos postular, embora não estejam documentados, com base nas formas românicas, já que não é possível que a mudança de conjugação *-ere* > *-ere* e o deslocamento do acento correspondente tenham sido produzidos independentemente nas várias línguas românicas. Com o latim vulgar **cadere*, **sapere*, não supomos a existência de palavras que não tenham existido nunca, mas somente as transformações do latim *cadere*, *sapere* no latim vulgar.

2.7 - CONFIRMAÇÃO DE PALAVRAS DUVIDOSAS

Mas, aplicando o método comparativo, podemos confirmar a existência, fundamentados nas línguas românicas, de palavras latinas até hoje duvidosas ou apenas conhecidas, e até descobrir algumas desconhecidas. Assim, por exemplo, guiando-nos pelo sardo *ansa*, português *ânsia*, catalão *ànsia*, todas com o mesmo significado do italiano supôs-se a existência de uma palavra latina vulgar *anxia*. Esta foi descoberta em re-

alidade, mas até que os latinistas soubessem que esta palavra, que aparece uma só vez, é a base das vozes românicas, eles quiseram corrigi-la em *angor*, *angina*, porque não acreditavam que *anxia* fosse um vocábulo vivo.

A propósito do latim *anxia*, não podemos esquecer que o tesouro léxico latino não nos é conhecido em sua totalidade, que os dicionários não poderão nunca transmitir-nos todo esse tesouro tal como era, e que tampouco os textos (que têm sempre características mistas e artificiais) estão em situação de representar para nós o léxico integral de um determinado período.

Existe toda uma série de palavras latinas que, como a citada *anxia*, apesar de só aparecer por casualidade em um ou dois textos, eram bastante comuns. Assim, por exemplo, o fundamento latino das denominações românicas de uma espécie de doce ou pão cozido ao forno ou na brasa, italiano *focaccia*, siciliano *fuazza*, sardo (logudorês) *covazza*, francês *fouace*, catalão *fogassa*, espanhol *hogaza*, português *fogaça*, que derivam do latim *focacia* plural neutro de *focacium*. Na Itala encontramos duas vezes *focacium*, mas na *Vulgata* é chamado de *subcinericum pa-*

nem parvulum; fora isto, a palavra em questão só se encontra nas *Origines* de Isidoro de Sevilha (século VII). Apesar de usa escassíssima documentação, trata-se de um vocábulo bastante vivo no latim falado, como no-lo demonstram as línguas românicas. E se não possuíssemos esta escassíssima documentação, poderíamos supor, pela simples comparação das vozes românicas, primeiramente, que tais vozes estão em relação com o latim *focus*, “lareira”, “fogo”, e em segundo lugar, que não podem ser derivações românicas, visto que, sem falar de outras coisas, deveriam ter resultado do francês *feu* e do espanhol *fuego* (= latim *focus*) com o sufixo francês *-asse* (*-ace*) ou espanhol *-aza* (que são continuadores regulares do sufixo latino *-acea*), não o francês *fouace* e o espanhol *hogaza*, mas algo assim como o francês **feuisse* (**feuace*) e o espanhol *fuegaza*. Daí se conclui que estas vozes românicas estejam certamente em relação com a latina *focus*, embora não possam ser derivações dos continuadores românicos desta palavra. A derivação deve ter ocorrido, portanto, não no românico, mas no latim. Se não tivessem aparecido documentados *focacium*, *focacius* na Itala e em Santo Isidoro de Sevilha, poderíamos supor com se-

gurança a existência da palavra latina, baseando-nos nas línguas românicas.

2.8 - RECONSTITUIÇÃO DO LATIM VULGAR

A reconstituição de palavras latinas fundamentada na comparação das línguas românicas é cientificamente tanto mais considerável quanto mais numerosas são as formas românicas que podem ser abarcadas na comparação. Cada caso deve ser considerado como um caso especial e fazer provável a reconstrução com todo tipo de dados. Pôde-se considerar provável a existência de uma voz latina **acutiare* não documentada porque existem o italiano *aguzzare*, sardo (logudorês e galurês) *akutare*, francês *aiguiser*, antigo provençal *aguzar*, espanhol *aguzar*, catalão *aguar*, português *aguçar*, e, além disso, porque **acutiare* pode ser sem dificuldade um derivado do particípio perfeito *acutus* do latim *acutere*, verbo que já não vive em nenhum romance. A derivação indicada é ainda mais provável ao se considerar que *acutare* está documentado desde o século III e que aparece nas glosas também uma forma latina *acutiator*. Compreende-se que a evolução fonética de **acutiare* nas formas românicas (no que se refere

ao grupo *-ti-*) deve corresponder à das outras palavras românicas usadas para a comparação, que derivam de palavras latinas em que se encontram os mesmos sons ou grupos de sons de **acutiare*.

2.9 - A SINTAXE

Enquanto no tocante à fonética, à morfologia, à formação de palavras e ao léxico podemos reconstruir, com a comparação das línguas românicas às condições lingüísticas do latim pré-românico (“*Gemeinromanisch*”), uma simples reconstrução no campo da sintaxe românica é naturalmente, mais difícil. É bem sabido que a afinidade elementar (“*elementare Verwandtschaft*”) é um fenômeno bastante natural e comum, tratando-se de fatos sintáticos e que a “*Innere Sprachform*” se manifesta sobretudo nessa “*faculdade do espírito*” que é a sintaxe. Daí que a regularidade que podemos constatar, por exemplo, no campo fonético e morfológico, diminui na sintaxe. Sendo assim, como o método histórico-comparativo se baseia na regularidade e nas correspondências constantes, torna-se mais difícil aplicá-los à sintaxe. Na realidade, é muito difícil, mediante o método comparativo, estabelecer a antigüidade de um fenômeno sintático.

2.10 - SINTAXE LATINA VERSUS SINTAXE FRANCESA

Os outros fatores que mais dificultam o trabalho neste campo sobre a base histórica-comparativa são a sintaxe latina e a francesa. Começando por esta última, cuja situação privilegiada é bem conhecida, entre todas as línguas românicas é na francesa onde a sintaxe, tanto histórica como descritiva, foi muito mais estudada e conhecida, fato que nasce de motivos, inclusive, estranhos à Lingüística, como é a excepcional riqueza da literatura francesa já a partir da Idade Média e, por conseguinte, o imenso material que, desta maneira, se fazia possível à observação sintática; e também o caráter universal e internacional do francês que fez nascer em toda parte a necessidade de dominar bem esta língua em sua forma falada e sobretudo em sua forma escrita. Além de ser o francês, com muita vantagem, a mais estudada das línguas românicas no que se refere à sintaxe, é também uma fonte quase inesgotável para as investigações sintáticas, dada a excepcional variedade de sua sintaxe. Precisamente porque esta é tão conhecida e estudada, enquanto que a das outras línguas românicas foi até agora só parcialmente examinada, a sintaxe

espanhola, por exemplo, foi, até tempos recentíssimos, tratada repetidamente sob o modelo da francesa, formando corpo com esta última.

2.11 - A INFLUÊNCIA DA SINTAXE DO LATIM CLÁSSICO

Quanto à influência da sintaxe do latim clássico, antes do francês, podemos afirmar que servia de modelo à espanhola. A influência da sintaxe latina sobre o italiano é enorme desde o início da língua literária, por exemplo, em Guido de Arezzo, no século XIII, culmina com Boccaccio e é tão perceptível ainda em tempos recentes que as prevenções latinas freqüentemente impossibilitam a observadores italianos e estrangeiros distinguir os fenômenos da sintaxe italiana dos da latina. Por isto, ainda hoje na Itália, no ensino da sintaxe italiana nas escolas secundárias, insiste-se em fazer ressaltar as diferenças entre as sintaxes italiana e latina em comparar as duas línguas do ponto de vista sintático. Quando se fala da influência da sintaxe latina sobre as línguas românicas, entende-se, naturalmente, a influência dos falantes de línguas românicas que conhecem o latim. Como é sabido, em todas as épocas podem ser observados nessas línguas os chamados latinismos, ou seja, palavras latinas mais ou menos

adaptadas. O francês *vice*, italiano *vizio*, espanhol *vicio*, distinguem-se imediatamente como membros faltos de correspondência no quadro comparativo, se forem confrontados com o francês *poil*, *poire*, italiano *pelo*, *pera*, espanhol *pelo*, *pera* (< latim *pilum*, *pira*): por causa do *i* da primeira sílaba em vez de *e* ou *oi*, tornam-se elementos eruditos, cultismos, que não derivam do latim vulgar (no qual o *i* e o *e* latinos se tornam *e*, como já vimos acima, mas que foram tomados mais tarde diretamente do latim *vitium*. Contudo, naturalmente, as coisas aparecem na sintaxe de modo diferente.

Assim, por exemplo, tem chamado a atenção o fato de que, nas frases completivas (subjativas e objetivas), a justaposição é um fenômeno arcaico e popularesco, não só nas línguas românicas e indo-européias, mas também nas não indo-européias. A sintaxe do húngaro, para citar um caso entre muitos, no período clássico de sua literatura, ou seja, na segunda metade do século passado, está caracterizada pela parataxe das completivas, que se deve à prevalência na literatura húngara, daquele período chamado nacional-popular, de temas e argumentos tomados da poesia popular. Para as línguas neolati-

nas já se assinalou que em francês, italiano e romeno, por causa da grande influência da sintaxe do latim clássico, a justaposição pôde ser mantida somente nos casos em que a língua popular fez valer sua influência. Se quiséssemos, então, comparar as línguas românicas, sob este aspecto sintático, chegaríamos à conclusão completamente equivocada, pois a justaposição era empregada profusamente no latim vulgar como em toda linguagem popular.

2.12 - A RECONSTITUIÇÃO DA SINTAXE DO LATIM VULGAR

Aplicando o método histórico-comparativo é preciso, pois, para chegar à sintaxe do latim vulgar, confrontar antes a sintaxe das línguas românicas com a do latim. Por causa da grande influência latina, que no plano sintático é mais facilmente perceptível que em qualquer outro plano, esta é uma das primeiras exigências. Contra o desconhecimento desta influência, por exemplo, na língua francesa, são bem oportunas as seguintes palavras do estudioso francês de problemas sintáticos G. Gougenheim, em *FM*, II (1934), p. 173: “Quando M. de Boer escreve: ‘Um romanista deve certamente saber latim. Mas ele deve compreender, por fim, que a sintaxe

francesa se desenvolveu, assim como a do inglês ou do holandês, sem haver imitado nunca a sintaxe do latim clássico’, parece nos muito absoluto. Como negar que nossa língua escrita foi feita por gente que falava e escrevia o latim? Em particular, o sistema das conjugações, tão pobre no francês mais antigo, foi completado e enriquecido pelos latinistas (remetemo-nos à exposição do Sr. Lerch em sua *Historische Syntax*)”. E a opinião de um especialista italiano seria sem dúvida ainda mais negativa se alguém pretendesse minimizar a mesma influência sobre a sintaxe italiana.

2.13 - O SUBJUNTIVO NAS LÍNGUA ROMÂNICAS

Num estudo sintático em terreno românico, as línguas românicas, além de serem comparadas com o latim, devem ser comparadas não simplesmente com “outras línguas”, mas, sobretudo, umas com as outras. Para ilustrar esse conceito, consideremos o subjuntivo, e mais particularmente o subjuntivo nas frases interrogativas indiretas. No referente ao subjuntivo em geral, sabe-se que este modo domina a sintaxe latina, e que sua importância começa a diminuir no latim vulgar. Enquanto no francês literário de hoje se diz *je*

doute qu'il vienne, no uso comum existe a tendência a evitar o subjuntivo (*je doute s'il viendra*), e uma frase do tipo *s'il fait cela et qu'il dise ce qu'il pense, il aura tort*, soa, atualmente, como um pouco antiquada.

Se pode ser sustentado que no francês o subjuntivo, nas orações subordinadas, “com exceção da relativa explicativa”, só serve para expressar a subordinação (“o subjuntivo serve para subordinar uma idéia a outra e nada mais!”), tal afirmação é insustentável para o espanhol. O sistema de subjuntivo especial e complicado desta língua, no qual existem, na competência, quatro formas, ou seja, o futuro, o imperfeito em *-ra*, o imperfeito em *-se* e o condicional, reflete, ao contrário do francês, a disposição psicológica de toda a mentalidade espanhola sobre um amplo fundamento afetivo. Em espanhol, o subjuntivo não é somente um “modo” gramatical, mas também uma modalidade oposta ao indicativo. O uso do *futuro do subjuntivo*, uma particularidade do subjuntivo espanhol, está estreitamente ligado, por exemplo, a certas fórmulas da novela cavaleiresca, à literatura mística e à novela picaresca. Constatamos assim que, enquanto o espanhol, neste as-

pecto, escolheu um caminho próprio e particular, pode-se sustentar que, tanto na língua francesa de uso comum quanto no latim vulgar, o subjuntivo desaparecendo.

No que diz respeito ao subjuntivo nas interrogativas indiretas, usa-se em francês o indicativo (*dis-moi qui est venu*), em italiano o indicativo (*dimmi chi è venuto*) ou o subjuntivo, em espanhol o indicativo (*dime quién ha llegado*). Mediante esta comparação não podemos nos remontar ao latim clássico, que nas interrogativas indiretas usava o subjuntivo (*dic mihi quis venerit*, Cícero), mas ao latim vulgar, que nas mesmas frases empregava o indicativo (*dic mihi venit*, Plauto). A respeito deste duplo uso sintático temos o testemunho formal do gramático latino Diomedes (século IV): “Imperitia lapsi, cum dicunt nescio quid facis, nescio quid fecisti. Eruditius enim dicitur nescio quid facias, nescio quid feceris”. Talvez se objetará que, neste caso, cada língua românica poderia ter-se distanciado do uso do subjuntivo independentemente do latim vulgar ou simplesmente fazer uso do indicativo, como, por exemplo, o húngaro, que também usa o indicativo nas interrogativas indiretas (*mondd mag 'dize' nekem 'para*

mim' ki 'quem' jött 'veio'); mas esta explicação nos parece improvável, embora possível. O fato de, neste caso, o italiano e o espanhol, línguas que em geral são bastante menos contrárias que o francês ao uso do subjuntivo e nas quais este modo goza de uma certa valorização afetiva, terem escolhido o indicativo, é certamente significativo: sobretudo o italiano, que em toda interrogativa indireta anteposta, como também em toda subjetiva ou objetiva anteposta, usa sempre o subjuntivo. Em resumo: não podemos pretender, no campo da sintaxe, a mesma segurança que se tem, por exemplo, no caso do francês *poil, poire*, italiano *pelo, pera*, espanhol *pelo, pera*, rético (engadinês) *pail, pair*, etc., formas que com toda certeza remontam não ao latim clássico *pilum, pira*, mas ao latim vulgar *pelo, pera*. Em princípio, os fenômenos sintáticos do latim vulgar podem ser reconstruídos no campo da sintaxe como nos outros campos. Mas, realmente, deve-se empregar nessa tarefa muito maior atenção, como se vê pela opinião expressa a este respeito por Meyer-Lübke, que à semelhança das reconstruções do latim vulgar no que se refere ao léxico, admite, em princípio, também, a reconstrução da sintaxe do latim vulgar tendo por base as

línguas românicas. O que Meyer-Lübke escreveu em 1925 na *RLiR*, I, p. 20, a propósito das *Aufsätze zur romanischen Syntax und Stilistik* de Léo Spitzer, é talvez, o que mais se aproxima da realidade: “Seguindo sua tendência de verem todas as partes o universal humano, o autor não investiga aqui nem a questão de por que este universal humano se manifesta aqui de um modo e ali de outro, nem como umas línguas desenvolvem extraordinariamente certos tipos enquanto outras apenas os conhecem...”

2.14 - O ASPECTO PANCRÔNICO DO MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

Por muito importante que possa ser este “universal humano” no campo da sintaxe (hoje em dia deveríamos chamá-lo, com Saussure, “pancrônico”), também hoje o método histórico-comparativo mantém seu pleno valor, inclusive para a sintaxe. Seria metodologicamente um erro não exercer historicamente o método comparativo neste terreno, isto é, contentar-se em estabelecer o que é universalmente humano e ter que chegar, antes de tudo, à sintaxe comparada das línguas românicas separadamente, comparando-as com as línguas não-românicas. Pelo con-

trário, deve ser estabelecido não o que é “universal humano” (“pancrônico”), mas o que panromânico. Noutras palavras: deve-se trabalhar primeiramente sobre o plano histórico-comparativo e depois sobre o puramente comparativo. Se a primeira maneira de trabalhar falhar, isto é, se um fato sintática não pluder historicamente remontar-se ao latim vulgar, a comparação com outras línguas não-românicas mostrará o que há nele de “universal”. Se a comparação histórica mostrar o contrário, e a comparação com as línguas não-românicas provar que se trata de um fato também universal, como no caso das interrogativas indiretas românicas, a explicação “pancrônicas”, embora não seja impossível, terá pouca probabilidade.

Eis aqui outro exemplo. Afirma-se que o pronome impessoal francês *on*, provençal *hom*, não deriva do latim *homo* e tampouco foi criado sob a influência do germânico *man*, mas que é uma criação literária do antigo francês ou do antigo provençal, e o uso do italiano *uomo*, espanhol *hombre*, português *homem* como pronome impessoal é atribuído à influência francesa e provençal respectivamente. Depois que foi demonstrado, mais tarde, que o latim *homo*

aparece já em Catão (*Agr.*, 157, 8 e 48, 1-2) com o sentido indeterminado de “homens”, ou melhor, de “se”, deve ser rejeitada a explicação galo-românica ou germânica e devem ser considerados os fatos históricos (latinos), além dos pancrônicos.

Aplicando o método histórico-comparativo às línguas românicas pôde ser postulada a existência de toda uma série de palavras e outros elementos no latim vulgar. A existência de muitas destas formas supostas pôde ser provada mais tarde com testemunhos documentais, e, assim, o método teve confirmação. Mas ficou uma parte que deve ser considerada meramente suposta e que é indicada com um asterisco. Assim, por exemplo, Gustav Gröber, entre 1884 e 1889, reconstruiu baseado em comparações românicas em seus *Vulgärlateinische Substrate romanischer Wörter*, em ALLG, toda uma série de palavras latinas vulgares, cuja existência foi confirmada mais tarde, por exemplo a de *anxia*, mas não a de **acutiare*. O estudo de Gröber formou o núcleo do *Dicionário Etimológico das Línguas Românicas* redigido mais tarde por Meyer-Lübke. No *REW* de Meyer-Lübke, as palavras que levam asterisco, ou seja, reconstruídas, formam aproxima-

damente 10% das 10.000 que encabeçam os artigos.

2.15 - A QUESTÃO DAS FORMAS HIPOTÉTICAS NA RECONSTRUÇÃO DO LATIM VULGAR

A questão das formas hipotéticas, deduzidas pelo método histórico-comparativo, tem feito gastar muita tinta. O método de Meyer-Lübke toma uma posição chave na discussão. Em seu estudo *Die lateinische Sprache In den romanischen Ländern*, publicado na primeira edição do *Grundriss* de Gröber (1883-1888), p. 359, concede para nosso conhecimento do latim vulgar uma menor importância a todas as outras fontes (vulgarismos dos autores latinos, gramáticos, lexicógrafos latinos, inscrições latinas, etc.) que à comparação das próprias línguas românicas, de modo que, segundo ele, no caso de incerteza, esta comparação é mais decisiva do que todas as demais fontes. Desta maneira, Meyer-Lübke, como Gröber, quis separar o latim vulgar do latim clássico, e o representa como algo homogêneo, uniforme. Apesar das violentas e justas críticas dos latinistas, que protestaram em termos severos contra a confusão entre este “romanisches Konstruktionslatein” ou “Phantasielatein” e o autêntico “his-

torisches Volkstlatein” e que propuseram a denominação de “romanisch zu erschliessendes Quell-latein” que não devia confundir-se com o latim vulgar, Meyer-Lübke manteve sua extremíssima posição até em sua *Italienische Grammatik* (Leipzig, 1890) e em sua *Grammatik der romanischen Sprachen*. Ao final do século passado e princípios do atual, Meyer-Lübke modificou sua idéia de um latim vulgar separado e homogêneo, e aceitou a opinião, que é a única correta, ou seja, que só existe uma língua latina, da qual o chamado latim vulgar é apenas um aspecto. Esta modificação de conceito é vista melhor na segunda edição do estudo acima citado.

Naturalmente, Meyer-Lübke reconstrói continuamente o latim vulgar sempre que existem motivos decisivos para isto. O fato de alcançarem as formas do latim vulgar reconstruídas em seu *REW* apenas 10% do total demonstra que a reconstrução, nas línguas românicas, tem uma importância relativamente limitada em relação com outros campos lingüísticos (línguas germânicas e eslavas). Portanto, a censura de que na reconstrução por comparação tenha ido muito longe, imitando demasia-

damente a Lingüística Indoeuropéia, não está justificada.

Sem motivos decisivos, o latim vulgar não é reconstruído somente quando a palavra suposta em latim é encontrada em diversas línguas românicas e as diferentes formas românicas desta palavra não poderiam ter surgido independentemente em cada língua. Estas duas premissas estão em mútua correlação. Quanto mais numerosas são as línguas neolatinas em que é encontrada uma palavra hipotética, tanto maior é a probabilidade de se tratar de uma palavra do latim vulgar, isto é, que não tenha surgido independentemente nas línguas românicas. Se uma forma hipotética é encontrada somente numa língua românica, então é grande a probabilidade de que tenha surgido nela independentemente. A existência do latim *znxia* foi postulada com base em sete línguas românicas, e não podia se tratar de uma palavra surgida independentemente em todas elas. Com efeito, mais tarde foi documentada. A existência de um latim vulgar **acutiare* tornou-se provável com base em seis línguas românicas, já que as formas românicas não podem ter surgido independentemente nas seis. O italiano *avanzare*, francês *avancer*, provençal

avansar, supõem um latim vulgar **abantiare*, já que as formas italiana e francesa, por exemplo, por causa da sibilante (cf. **acutiare*), não poderiam ter surgido diretamente do francês *avant* e italiano *avanti* (as derivações de *avant* e *avanti* teriam sido em francês e italiano **avanter* e **avantiare* respectivamente). Mas seria completamente equivocado, por exemplo, supor uma forma latina vulgar *nitidiare* baseado apenas no francês *nettoyer* (de *nitidus* 'limpo' com o sufixo *-idjare* > *-oyer*), já que o francês *nettoyer*, documentado no século XII, pode ser uma derivação do francês *net* independentemente do latim.

3. CONCLUSÃO

O método histórico-comparativo, partindo das línguas românicas e convergindo para o latim vulgar, pôde demonstrar assim, por indução, que as línguas românicas derivam do latim vulgar. Se, então, ao contrário, partindo do latim vulgar, chegamos às diversas línguas românicas e desta maneira, fizemos história da língua, isto só poderá ser feito também de maneira indutiva, com o método comparativo. Coloquemos, por exemplo, o francês *miel* ao lado do latim vulgar *mel* (latim *mel*) e afirmaremos que o *e* do latim vulgar

passou a *ie* em francês. Se quisemos saber agora se esta mudança é casual ou não, e em que condições ocorreu, deveremos trabalhar comparativamente. Comparemos o latim vulgar *mel* > francês *miel* de um lado com o latim vulgar *fe* > francês *fiel*, latim vulgar *celu* > francês *ciel*, latim vulgar *pede* > francês *pied*, etc, e de outro lado latim vulgar *septe* > francês *sept*, latim vulgar *testa* > francês *tête*, latim vulgar *ferru* > francês *fer*, etc, e concluiremos que o *e* tônico do latim vulgar passou em francês a *ie*, não incondicionalmente, mas apenas em sílaba aberta, permanecendo imutável em sílaba fechada. Se comparamos, por exemplo, o latim vulgar *mel* > espanhol *miel*, de um lado, com o latim vulgar *fel* > espanhol *hiel*, latim vulgar *pede* > espanhol *pie*, etc, e do outro o latim vulgar *septe* > espanhol *siete*, latim vulgar *testa* > espanhol *tiesta*, latim vulgar *ferru* > espanhol *hierro*, etc, chegamos à conclusão de que o *e* tônico do latim vulgar, em espanhol diferentemente do francês, se converteu em *ie* tanto em sílaba aberta quanto em sílaba fechada. Assim vemos que o método histórico em nossa ciência só pode ser comparativo e indutivo.

4. RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

4.1 - Resumo

O estudo comparativo das línguas românicas é a mais importante fonte de estudo do latim vulgar, possibilitando uma reconstituição bastante segura dessa língua-mãe.

O método histórico-comparativo, que combina o método histórico (baseado em fontes documentais antigas) com o método comparativo (baseado nas evidências dos exemplos comparados) prova que as línguas românicas provêm do latim vulgar e explica numerosos fatos sincrônicos e diacrônicos dessas diferentes línguas de seus dialetos.

Efetivamente, não existe um método puramente histórico dos fatos lingüísticos. A Lingüística Histórica tem de ser também comparativa.

4.2 - Résumé

L'étude comparative des langues romanes est la plus importante source d'étude du latin vulgaire, que rend possible une reconstitution trop sûre de cette langue-mère.

La méthode historique-comparative, que combine la méthode historique (basée sur les sources documentaires anciennes) et la méthode comparati-

ve (basée sur les évidences des éléments comparés) prouve que les langues romanes proviennent du latin vulgaire et explique-t-elle de nombreux faits synchroniques et diachroniques de les différentes langues et de leur dialects. Effectivement, il n'existe pas de méthode purement historiques des faits linguistiques. La Linguistique Historique doit être aussi comparative.

CRÍTICA GENÉTICA: UMA CIÊNCIA NOVA?

Emmanuel Macedo Tavares

1. INTRODUÇÃO

A Filologia existe desde os séculos V e IV a.C. quando surgiram os primeiros filólogos: Zenódoto de Éfeso, Aristófanos de Bizâncio, Eratóstenes de Cirene e Aristarco de Samotrácia. Eram homens que, primeiramente, abraçaram a Filosofia, ou seja, ‘amaram o saber’ e, com o saber, se preocuparam com o **logos**, a palavra, a ponto de se apaixonarem e amarem a **logia**, isto é, a ciência, e passaram a fazer crítica aos textos do poeta mais famoso da época, da Grécia Antiga: Homero. E, assim foi. Comentários, emendas, índices e glossários, excursos bibliográficos, problemas gramaticais, tudo isso com o objetivo de restaurar, tornar inteligível, enfim, explicar os textos para que as gerações da época e futuras entendessem a linguagem literária encontrada, não só nos textos mais antigos, mas, sobretudo, nos poemas de Homero. Portanto, a *Ecdótica* ou *Crítica Textual* nasceu praticamente junto com a Filologia, das mãos dos escoliastas. Depois, a Filologia e a *Crítica Textual* entraram em declínio, tanto na Grécia quanto em outros países onde

tinham começado a se desenvolver, até que surgiu, durante a década de 1840-1850, edições críticas com uma nova exposição teórica de obras de Lucrécio e do Novo Testamento editadas pelo alemão Karl Lachmann. A teoria lançada por ele constituiu a *Crítica Textual* moderna.ⁱⁱ

Lachmann dividiu em etapas os momentos ecdóticos.

E é dentro da segunda etapa, a *Emendatio* (*Originem Detegere*), que está o interesse desta apreciação inicial. Tendo-se recolhido e coligido as tradições manuscritas e/ou impressas na etapa primeira, a *Recensio*, deve-se passar à “origem detegere”, isto é, à “revelar a ascendência ou origem” dos textos tradicionais. Os testemunhos serão apresentados em ordem de filiação desde os originais passando pelas cópias manuscritas e/ou impressas de proveito para a *Estemática*.ⁱⁱⁱ Aqui, faz-se uma árvore genealógica ou estema (gr. *στημα*) de acordo com o tipo de transmissão. Feito isto, o editor crítico segue na operação, agora já facilitada, de estabelecimento do texto para sua futura publicação. Esta etapa, a *Emendatio*, é aquela que diz respeito à *Crítica Genética*. Quando

o editor prepara o estema de uma obra, ele utiliza-se de procedimentos críticos que visam ao estabelecimento final do texto e que consistem numa análise material e gráfica daqueles documentos visando à separar os que valem dos que devem ser eliminados, e, neste caso, os tipos de erros^{iv} ou lições encontrados vão ser de importância capital para a análise crítica em seu trabalho. O estudioso, se quiser, pode, ainda, aprofundar suas críticas quanto à origem daqueles textos, através de exame valorativo dos documentos por ele selecionados e organizados. Isto é a *Crítica Genética*, parte de uma ciência ou técnica -*Ecdótica* ou *Crítica Textual* - que tem por finalidade a fixação de textos literários, valorizando-os e publicando-os.

2. DESENVOLVIMENTO

O preâmbulo foi necessário para que se possa distinguir com clareza o que é proposto por um grupo de estudiosos franceses que se organizaram na década de 70 sob o comando de Louis Hay através do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) na França. Tudo começou com problemas enfrentados pela equipe de pesquisadores de origem

alemã liderada por L. Hay, problemas esses, de ordem metodológica, quando lidaram com manuscritos de um poeta alemão: Heinrich Heine. Estes pesquisadores estavam enfrentando problemas semelhantes aos de outros que estudavam manuscritos de Proust, Zola, Valéry e Flaubert. A partir daí surgiu um laboratório apropriado para este tipo de problemas no CNRS: o Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM) dedicado ao estudo exclusivo do manuscrito literário. Este estudo específico do manuscrito passou a ser denominado de Crítica Genética ou, em alguns casos, também conhecido por Genética Textual tendo o seu ingresso no Brasil se dado por intermédio do I Colóquio de Crítica Textual: O Manuscrito Moderno e as Edições na Universidade de São Paulo (1985) sob a responsabilidade do Prof. Philippe Willemart.^v

Cecília Almeida Salles em seu livro *Crítica Genética: uma introdução*, refere-se à Crítica Genética como uma ciência nova no início do capítulo *Relevância da delimitação* à p. 9 e, ainda, no título do capítulo *Crítica Genética: uma ciência nova*, mais adiante no livro, à p. 13. A questão está em se saber o que é ciência e em se pensar na denomina-

ção dada a esta “nova ciência”. Por ciência existem vários conceitos, inclusive, um deles, é dado por Cecília em seu livro; é ele um pensamento de Charles S. Peirce em que este concebe ciência como “um empreendimento de busca interminável, feito por um grupo de pessoas motivado pelo desejo da descoberta ou pelo impulso de penetrar na razão das coisas”.^{vi} Neste caso, temos uma definição simplista para um termo que encerra em si mesmo uma seriedade de extrema significação. Ciência é busca que visa à alcançar a resposta a indagações até então apenas formuladas, mas não é um mero desejo de descobrir ou penetrar na razão das coisas e, sim, uma contínua **observação controlada** por meio de experimentos ou aplicações que tem como objetivo a **generalização de regularidades** ou a **formulação de leis** que possam servir de base para previsões. Segundo Régis Jolivet, ciência é “o conhecimento certo das coisas por suas causas ou por suas leis”.^{vii} Logo, o que se exige de um campo de estudo que tenha pretensões de ciência é, além de seu objeto definido para estudo, que se tenha um método próprio de pesquisa por meio do qual possa formular seus problemas e suas conclusões. E o

que se tem numa definição mais ampla para Crítica Genética, é que se trata do interesse pelo processo criativo artístico do escritor literário. É a indagação maior de como foi criada uma obra, a sua gênese, o que levou o autor a produzi-la, quais foram os mecanismos utilizados no processo de fabricação.^{viii} É um trabalho que lida com o texto, o texto em manuscrito, manuscrito que na realidade pode ser um datiloscrito, ou seja, numa ou noutra forma, um original autógrafo. Pode ser um rascunho, uma nota ou mesmo uma rasura (esta de extrema importância para os estudos genéticos) que levará à investigação da construção intelectual no processo genético da criação.^{ix} Qualquer detalhe como uma vírgula acrescentada, um tempo verbal modificado, uma palavra inventada tudo é passível da atenção do geneticista.

Mas é bom que se veja alguns exemplos de aplicação desta “ciência nova”.

Aleilton Santana da Fonseca num artigo publicado no n.º 1 da revista *Manuscritica* e intitulado “Considerações sobre a eliminação de trechos do capítulo ‘Eu, lírico-trágico-cômico-pastoral’ do romance *Agá*, de Hermilo Borba Filho”,^x tomou algumas versões diferentes da-

quele capítulo da obra e procurou analisar, sob a ótica genética, as implicações da presença e da ausência de trechos no desenvolver daquela ficção.

Coletou e classificou manuscritos, rascunhos, notas e versões relativos ao capítulo estudado, isto é, o chamado **avant-texte** ou **prototexto** na terminologia, francesa e portuguesa, respectivamente, da disciplina genética. As rasuras encontradas por Aleilton na escritura de Hermilo foram chamadas de **rasuras de supressão**, ou seja, trechos presentes numa versão, mas ausentes em outra, e que teriam sido cometidas dentro de um ajuste do projeto autoral. Os textos eliminados eram fichas médicas que tratavam da loucura do personagem e que levavam a uma interpretação do personagem frente à realidade que o cercava. A análise das fichas levou Aleilton a concluir que a supressão obedeceu a razões de escritura, quer dizer, o que o autor desejou como produto estético final para o seu projeto.

Os comentários relativos ao 3.^o episódio e à 3.^a ficha são os seguintes, respectivamente:

“/.../ o narrador situa-se na Inglaterra e vive, no plano do seu imaginário, uma aventura como boneco de teatro popu-

lar. Diante de uma platéia a quem se dirige conta as peripécias que viveu em suas andanças pelo mundo. Nesse episódio, mais uma vez atualiza sua pulsão de morte sobre Eva, dessa vez representada por uma cacetada na cabeça”, e, “A 3.^a ficha registra que continuam as atividades delirantes do paciente e que na terapia ocupacional ele afirmara ser um boneco. Comenta o agravamento de seus distúrbios e a possível ineficácia da medicação e terapia empregadas.”

A principal conclusão a que chegou Aleilton é quanto ao fato de que a eliminação das fichas do texto publicado restaura a soberania do discurso do personagem, permitindo uma dupla interpretação com relação à realidade empírica.

Pode-se tomar, um segundo e importante exemplo de aplicação genética, do artigo “Por uma perspectiva genética em Pedro Nava: fluxo de consciência em *Galo-das-Trevas*?^{xi}”, do Prof. Emmanuel Macedo Tavares, em que este utilizou a teoria literária, através das técnicas de fluxo de consciência, para mostrar que o escritor Pedro Nava conhecia estas técnicas e empregou-as de maneira artificiosa visando a produzir uma estética diferente para o seu trabalho de ficção literária. O conhecimento das técnicas do fluxo estão presentes nos manuscritos ou datiloscritos da obra e referem-se não só à narrativa

ora em 1.^a pessoa, como marca de monólogo interior direto, ora indireto com descrição consciente, mas também ao emprego da pontuação em que, como num estilo próprio, utiliza o ponto de interrogação ou de exclamação dentro do núcleo frásico da pergunta ao contrário do que se costuma fazer, ou seja, ao fim da frase.

“Na passagem ‘Às quintas instala-se na nossa rua e sobe a Conde Laje a feira semanal com sua morrinha das bancas de peixe, perfume das flores e das frutas, multicolorido dos legumes, /.../’ - pág. 16 do manuscrito e 22 da Edição - a palavra **calçada** foi introduzida no lugar de **rua**, que está riscada, sugerindo preocupação do autor com o termo específico, preciso. O relato em 1.^a pessoa da passagem é um entrecorte no tempo marcado pela imagem lembrada do Relógio da Glória a registrar como se fosse para sempre, vinte para as oito.”

A técnica empregada é a narrativa em 1.^a pessoa, marca do monólogo interior direto, combinado com as descrições oniscientes que faz do lugar que outrora conhecera. Aqui, pode-se, ainda, observar as rasuras (neste exemplo, por substituição), para se compreender o processo genético artístico.

O emprego artificial das técnicas de fluxo de consciência por Pedro Nava ficou mais patente a partir do mo-

mento em que se pode ligar os nomes, por ele aqui e ali citados ao longo da obra, de Marcel Proust - que se interessava pelo sentido do tempo na vida do homem, assim como Nava - e de Henri Bergson - este, responsável pela teoria de *la durée*, àquelas técnicas.

Para a Crítica Genética, o autor não terminou de escrever a sua obra; ela pode ser considerada uma publicação inacabada, pois que só a análise do prototexto poderá conduzir a outras intenções abandonadas pelo escritor no seu processo criativo. Daí por que as rasuras merecem ser examinadas e interpretadas segundo uma perspectiva de concretização em suspenso, que revela razões recônditas do espírito do escritor e que não passaram ao texto preparado para a publicação.

Ao terminar de escrever, o escritor passa à revisão e na revisão, ele, o leitor de si mesmo, logo, o autor-leitor, rasura, procurando adequar aquilo que desejava dizer de outra maneira, anteriormente, e que achou não conseguir.

Sem que se entre em considerações sobre a tipologia das rasuras, que podem caber em outra oportunidade, pode-se, ainda, recorrer a uma amostra destas ocorrências. Esta é retira-

da de Carlos Eduardo Galvão Braga, que, ao escrever “O Texto em Movimento: as rasuras no manuscrito hermiliano”^{xii}, fornece um exemplo esclarecedor na análise de uma rasura textual no capítulo “Eu, hermafrodito”, do romance *Agá* do autor pernambucano Hermilo Borba Filho. É uma rasura relativa ao aspecto verbal:

“Miguel Márquez estava deitado de costas, o enorme membro [apontado] apontando para o alto como uma coluna de carne.”

F. [286] <300>, 1.4-6

Carlos Eduardo explica que o dinamismo da descrição acima deve-se à substituição do sintagma de participio passado, ‘apontado’, que é de caráter “perfeito, concluso e até permansivo”^{xiii}, pelo gerúndio ‘apontando’ em que este expressa “uma qualificação dinâmica do substantivo, isto é, ligada a uma atividade de caráter verbal”^{xiv}, quer dizer, a natureza estática e pontual do participio não traduzia, com precisão, a permanência da tensão do membro ereto do personagem em foco.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, o que fica claro é que a Crítica Genética tem a necessidade de se valer de outras ciências para servirem de arcabouço teórico-

metodológico de suas pesquisas. É um campo de estudos recente, interessante e original que se diferencia bem daquela parte da Ecdótica que leva o mesmo nome, mas chamá-la de “ciência nova” em surgimento há uma distância muito grande. É um estudo que pode ser aplicado pela psicologia, sociologia, filosofia, teoria literária, lingüística, filologia e quantas ciências puderem e quiserem, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, com um único objeto como estudo - o texto do prototexto - e o auxílio metodológico, que podem prestar, para refletir enfim, cientificamente, o objeto-alvo de seus estudos.

E, enquanto se trabalha e se sonha em tornar este novo campo de estudos uma ciência com o seu objeto e métodos próprios definidos, é bom que se pense seriamente numa nova terminologia: ao invés de Crítica Genética (esta já existe, pelo menos há quase 150 anos, desde Lachmann) talvez seja melhor, como alguns já a denominam, Genética Textual ou, quem sabe, Gerativa Textual.

4. RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

4.1. Resumo

Está surgindo um novo campo de estudos fascinante para o homem de

letras moderno. O objeto principal de seus estudos é o texto literário em forma de **prototexto**, quer dizer, os originais manuscritos ou datiloscritos, os rascunhos, as notas e qualquer outro tipo de escrito gerador de uma futura obra publicável ou publicada. A este novo campo denomina-se Crítica Genética, sem muita oposição formal àquela área da Ecdótica que é especialidade da Filologia Clássica. É um estudo que não possui um método próprio. É uma ciência nova?

4.2. Resumé

Il est en train de surgir un nouveau champ attrayant d'études pour l'homme de lettres moderne. L'objet principal de leur études c'est le texte littéraire en forme d'avant-texte, c'est-à-dire, les originaux manuscrits ou dactyloscrits (ou dactylographié), les brouillons, les notations et quelconques d'autres types d'écrit générateur d'une future Œuvre publiable ou publiée. On se nomme ce nouveau champ de Critique Génétique sans une opposition très formelle à laquelle partie de l'Écdotique que est une spécialité de la Philologie Classique. C'est une étude que ne possède pas une méthode propre. Est-elle une science nouvelle?

5. BIBLIOGRAFIA

1. BRAGA, Carlos Eduardo Galvão. *O texto em movimento: as rasuras no manuscrito hermiliano*. In: MANUSCRÍTICA, n.º 1. São Paulo: Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), 1990, p. 44-59.
 2. FONSECA, Aleilton Santana da. *Considerações sobre a eliminação do capítulo "Eu, lírico-trágico-cômico-pastoral" do romance Agá, de Hermilo Borba Filho*. In: ____ MANUSCRÍTICA, n.º 1. São Paulo: Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), 1990, p. 21-29.
 3. HOUAISS, Antônio. *Elementos de Bibliologia*. São Paulo: HUCITEC/PRÓ-MEMÓRIA/INL, 1.º v., 1977.
 4. MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1984.
 5. SALLES, Cecília Almeida. *Crítica Genética: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1992.
 6. SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.
 7. TAVARES, Emmanuel Macedo. *Por uma perspectiva genética em Pedro Nava: fluxo de consciência em "Galo-das-Trevas"?* In: ____ REVISTA PHILOLOGUS, Ano 1 - n.º 1, janeiro/abril-1995. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), 1995, p. 29-36.
- #### 6. NOTAS
- i. SPINA, S., (1977), p. 61.
 - ii. **Op. cit.**, p. 66.
 - iii. **Id. ib.**, p. 95.
 - iv. HOUAISS, A., (1967), p. 216.
 - v. SALLES, C. A., (1992), p. 9, 10.
 - vi. **Op. cit.**, p. 13.
 - vii. JOLIVET, RÉGIS *Traité de Philosophie*, I, 2.ª ed., Emmanuel Vite, Lyon-Paris, 1945, p. 158-59. **apud** MELO, G. C. de, (1984), p. 5.
 - viii. SALLES, C. A., (1992), p. 18, 19.
 - ix. **Op. cit.**, p. 39.

- x. FONSECA, A. S. da., in: MANUSCRÍTICA, (1990), p. 21-29.
- xi. TAVARES, E. M., in: REVISTA PHILOLOGUS, (1995), p. 29-36.
- xii. BRAGA, C. E. G., in: MANUSCRÍTICA, (1990), p. 44-59.
- xiii. CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*, 8.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 60.
- apud BRAGA, C. E. G., in: MANUSCRÍTICA, (1990), p. 53.
- xiv. **Idem, ibidem.**

O TOPÔNIMO CONSERVATÓRIA À LUZ DA CORRENTE “WÖRTER UND SACHEN”

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Mestre em Lingüística e Filologia Românica, UFRJ. Professor Assistente de Língua e Literatura Alemã, UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

Procurar pela origem primeira do nome é tarefa que, não se apresentando fácil desde o início da pesquisa, pelo menos excita o pesquisador a continuá-la em busca da resposta final ou da pretensa resposta. Percebe-se uma grande lista de publicações, em língua estrangeira, de obras voltadas para a pesquisa de nomes próprios - Antroponímia - ou nomes de lugares, dos *topos* - Toponímia. Entretanto, salvo raras exceções, não se pesquisa muito esse campo em nosso

país. Nossa modesta pesquisa se insere num trabalho maior destinado futuramente a englobar os estados da região Sudeste. Como ponto de partida optamos pelo topônimo Conservatória.

Por que o topônimo Conservatória? Em primeiro lugar, por se tratar de um *hapax*, ou seja, a única forma do vocábulo encontrada em língua portuguesa. Percorrendo o *Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo* encontramos o verbete Conservatória apenas uma vez.¹ O fato do topônimo não se repetir ao longo do território nacional levou-

nos, posteriormente, a estudar a possível origem do termo, o que nos levou mais além, até a história medieval e portuguesa! Em segundo lugar, porque Conservatória encerra dentro de si uma história um pouco diferente das demais vilas portuguesas dos séculos XVIII e XIX, ou seja, a catequese dos índios feita por padres portugueses. Esse fato é de capital importância para a tentativa de elucidação do topônimo, já que, nas demais vilas do estado do Rio Janeiro, onde houve catequese indígena, esteve essa a cargo de padres de nacionalidade não portuguesa e a marca característica da presença portu-

guesa está sensivelmente marcada na colonização e catequese dos índios.

Para que pudéssemos tentar iniciar o trabalho, procuramos utilizar um método de pesquisa filológico que pudesse levar em conta o espaço geográfico do topônimo, como também as possíveis razões que levaram os habitantes de então a nomear aquela localidade Conservatória. Baseados na pesquisa de campo e na leitura de livros de autores locais, escolhemos o método das Palavras e Coisa, ou, como preferia Serafim da Silva Neto, Coisas e Palavras, corrente essa que se prende a uma outra maior, cujo expoente máximo é e continuará sendo o suíço Jules Gilliéron, a qual é conhecida como Geografia Lingüística. Partindo das bases teóricas dos métodos, as quais serão apresentadas no início de nosso trabalho, começamos a procurar descobrir qual a origem primeira do étimo e chegamos até o latim medieval, impregnado de cristianismo. Após a pesquisa em dicionários etimológicos, seguiu-se a apresentação resumida da história do distrito de Conservatória, o qual pertence ao município de Valença, no estado do Rio de Janeiro. Na história do distrito estão os dados fundamentais para a nomeação da região Conservatória.

Aliás, característica interessante é a não fixação exata do nome do distrito em alguns autores. Leoni Iórioⁱⁱ cita *Conservatória*, enquanto Noronha Santos grafa *Conservatoria*ⁱⁱⁱ. A alternância Conservatória-Conservatoria aventou-nos uma outra hipótese para a origem do étimo, daí tratamos do item VII do presente trabalho da aparente diferença.

Possibilidades lingüísticas para a formação do vocábulo existem, faltando apenas a pesquisa *In loco* e nas fontes escritas. Através das fontes escritas, sabemos que em Portugal, o vocábulo conservatoria prende-se ao registro de nascimento de pessoas. Consultando-se mais fontes, percebemos que poderia ter existido na região um registro de índios, pois estes foram aldeados para não serem totalmente dizimados pelos invasores brancos. Entretanto, segundo uma outra linha de pensamento, o topônimo poderia se prender nada mais, nada menos do que a simples conservação dos índios em uma aldeia, daí a construção Conservatória, onde o substantivo Aldeia, da expressão Aldeia Conservatória dos Índios, com o tempo, tendeu a ser suprimida pela fala popular. Quais das duas linhas de pesquisa é a acer-

tada foi o nosso “leitmotiv” para termos nossas considerações finais. Lembramos, que nosso trabalho ainda não pode, nem deve ser considerado como a última palavra sobre o assunto, pois ele é apenas uma contribuição de pesquisa de linha geográfico-lingüística em nosso estado, que visa desenvolver, cada vez mais, o interesse pela apaixonante pesquisa de cunho toponímico. Sabemos que o trabalho é pequeno, porém,

“cada um dá de si o melhor, para que, depois, o melhor possa ser melhorado por outrem.”^{iv}

Sem mais delongas, partamos, pois, para a apreciação geral do método da Geografia Lingüística, nosso primeiro passo até chegarmos onde desejamos!

2 - GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Dentre as várias linhas de pesquisa filológica que surgiram no final do século XIX e princípio do século XX destaca-se a Geografia Lingüística, que, como dissemos anteriormente, tem no suíço Jules Gilliéron seu expoente máximo. Como precursores, entretanto aparecem Georg Wenker e Gustav Weigand, ambos alemães, que se ocuparam do território alemão e balcânico, respectivamente.

O que vem a ser o método da Geografia Lingüística? Seguimos a definição de Maria Luísa Fernandes Mizzi a respeito:

“Consiste na representação cartográfica das variedades dialetais de uma determinada área e representou na época, salutar reação contra os excessos dos neogramáticos...”^v

Não podemos nos esquecer, que, apesar de combatidos, a teoria dos neogramáticos alemães ainda estava em voga nas últimas décadas do século passado, sendo necessários estudos do porte dos feitos por Wenker, Weigand, Schuchardt e Gilliéron para que pudesse ser provada a ineficácia de seus pressupostos mestres, os quais se resumem basicamente em que as leis fonéticas da evolução das línguas não apresentam exceções, ressaltando apenas os casos de empréstimos e formações análogas. Estava-se sob a influência da corrente naturalista e cientificista que resumia tudo a leis fixas. A linguagem, entretanto, e a língua são “elementos” móveis, pois são utilizadas por seres humanos, que, através de gerações, vão-na adaptando, de acordo com a realidade histórica de seu tempo.

Estavam abertas novas interpretações possíveis para a compreensão dos fenômenos lingüísticos. A repre-

sentação cartográfica de vocábulos possibilitou a localização geográfica dos mesmos, daí o nome do método de Geografia Lingüística. Georg Wenker idealizou o *Atlas Lingüístico da Alemanha Setentrional e Central*, para comprovar a validade das leis fonéticas na delimitação dos dialetos alemães, não tendo êxito seu trabalho em virtude da crença exagerada nas leis fonéticas (ele era adepto da escola dos neogramáticos) e de não levar em conta outros fatores de alteração lingüística, ressaltados somente na obra de Gilliéron. Em 1895, ou seja, quatorze anos mais tarde, outro alemão especialista em assuntos balcânicos, Gustav Weigand, organizou um *Atlas Lingüístico do Território Daco-Romeno*, seguindo somente o critério fonético para a pesquisa, compreendendo o trabalho 67 mapas em torno de 114 palavras.

O *Atlas Lingüístico da França* constituiu marco fundamental para a Geografia Lingüística. A publicação deste colosso iniciou-se em 1902 e foi concluída em 1912. Sua finalidade principal seria a de estudar e preservar os dialetos franceses. Para tal, foi organizado um questionário com aproximadamente 1900 perguntas, de ordem não somente fonética, co-

mo também morfológica, léxica e até sintática. Gilliéron já tinha, em 1891, organizado o *Petit Atlas Phonétique du Valais Roman*, no qual procedia ao levantamento do dialeto franco-provençal, o valense. O questionário foi respondido *In loco*, contribuindo para isso o interesse e a habilidade do inquiridor, Edmond Edmont.

As 1900 perguntas foram distribuídas por 639 pontos do mapa francês, excluindo-se os falares bretões, a zona flamenga do noroeste da França e a área basca do sudoeste, pois seu objetivo era os dialetos galo-românicos. Foram incluídas, contudo, localidades de fala francesa na Bélgica, Suíça e Itália. Após o preenchimento dos questionários por Edmont, que ouvia e reproduzia as respostas, o material era enviado a Gilliéron que distribuía-o em cartas geográficas.

Afinal, qual o valor do método de pesquisa de Gilliéron? Várias são as respostas entre as quais podemos dizer que somente após os trabalhos cartográficos de Gilliéron e Edmont pode-se chegar à constatação de que as palavras, como os homens, migram a partir de um determinado ponto e, no seu percurso, têm de lutar pela sobrevivência. Umas ven-

cem, incólumes, outras são vencidas, quer “mutiladas” (necessitando de terapêutica), quer substituídas por outras por maior prestígio, oriundas de importantes centros culturais, políticos, etc... Citando Maria Luísa Fernandez Miazzi,

À Geografia Lingüística coube a tarefa de recolher todo o material possível da língua viva e procurar explicar as diferenciações locais, as alterações semânticas, as preferências léxicas, devidas a fatores psíquicos, a homonímia resultante de “acidentes fonéticos” (“taumaturgia lingüística” ou “mutilação fonética”), as doenças e cura de palavras (“patologia e terapêutica verbais”).^{vi}

Ocorreu também a verificação, não de limites dialetais, como se pensava, porém de fenômenos lingüísticos, em contraparte às isófonas, delimitadoras de fenômenos fonéticos. A não coincidência das isoglossas mostra que os fenômenos lingüísticos, reflexo da mobilidade histórico-social, se cruzam e entrecruzam, não havendo, portanto, fronteiras dialetais rígidas.

Quanto às leis fonéticas, máximas da escola dos neogramáticos, a Geografia Lingüística demonstrou que cada palavra tem sua evolução própria, não sendo somente a analogia fator de perturbação, mas toda uma gama de fatores psicológicos e soci-

ais. Quanto a isso, é bom ressaltar que a linguagem começou a ser encarada dentro de dois outros pontos de vista, a saber, a biologia da linguagem e a sociologia da linguagem. A primeira, subdividindo-se na homonímia e na etimologia popular, demonstrando que esses fatores alteram e levam a palavra por caminhos distintos rumo à sua forma atual, enquanto o caráter social da linguagem está ligado a interpenetração da história externa das línguas, condicionando-as a fatores históricos e culturais.

A Geografia Lingüística, como vimos, privilegia a pesquisa *In loco*, com a posterior fixação dos resultados nos atlas. Dentre as correntes que utilizaram desse procedimento para se constituir, temos a chamada corrente das “Wörter und Sachen” ou *Palavras e Coisas*, corrente essa escolhida por nós para ser o embasamento teórico de nossa pesquisa. Analisemos, pois, seus principais pressupostos metodológicos.

3- A CORRENTE “WÖRTER UND SACHEN”- PRINCIPAIS PRESSUPPOSTOS METODOLÓGICOS

A corrente das *Palavras e Coisas* foi fundada pelo indo-europeísta Meringer e por Hugo Schuchardt, tendo como principal órgão de ação a re-

vista *Wörter und Sachen*, cuja publicação iniciou-se em 1909 e ainda hoje está em curso. A corrente baseia-se no estudo das palavras, tendo em vista o seu verdadeiro significado, o seu real sentido (na acepção primitiva de étimo, ou seja, o *ετιμος*, o “correto, o verdadeiro, o justo”), que às vezes é encontrado não no étimo, mas na própria história do vocábulo.

A propósito, devemos lembrar que o próprio Schuchardt preferia denominar o método de Coisas e Palavras, privilegiando as primeiras em relação às segundas. São dele as palavras traduzidas por Serafim da Silva Neto:

“As coisas andam estreitamente ligadas às palavras que as representam. A etimologia e um objecto pode dar-nos a forma deste no momento de originar-se o nome, mas nada nos diz acerca da evolução ulterior.

Ao contrário, o conhecimento da história do objecto é exigência primordial para a etimologia e para evolução do sentido.”^{vii}

Iorgu Iordan assim define o método:

“Observou-se que muitas palavras, ao passar de uma língua para outra, acompanham o objecto que designam. Uma peça de vestuário, um instrumento agrícola, etc. importado por uma comunidade humana, que o desconhecia, vem do país de origem com a sua denominação.”^{viii}

Entretanto o próprio Jordan reconhece que,

“Devemos ter cuidado com os exageros e não generalizar este princípio. Na verdade, as palavras não viajam sempre com as coisas, mesmo quando se trata de objectos. Sucede muitas vezes que o nome dum coisa, já há muito existente na língua dum povo, a certa altura é substituído por uma palavra estrangeira. A causa desta transformação pode, por exemplo, ser a moda. Isso acontece em maior escala entre as diversas classes sociais dum mesmo povo. As camadas inferiores tentam adoptar várias expressões pertencentes ao modo de falar das classes mais elevadas; sobretudo para conceitos que já tinham designações na linguagem popular”.^{ix}

Por conseqüência, a coisa é o elemento primário e constante em relação à palavra, esta está ligada a ela e gira à sua volta. Com o exemplo citamos o conhecido étimo da palavra *fígado*. Em latim a palavra *iecur* indicava a glândula existente nos seres animais. Entretanto, como o português teria adquirido a forma *fígado*, o espanhol *hígado*, o francês *foie*, o italiano *fégato* e o romeno *ficat*? Existiu também em latim uma forma *ficatum*, formado de *ficus* e preso a *iecur*. Onde está a coisa? As palavras da professora Miazzi nos esclarecem:

“A expressão *iecur iicatum* (correspondente à grega *h;épar sykotón*) era usada pa-

ra designar o ‘fígado de animais (especialmente gansos e porcos) alimentado com figos’, que assim se tornava mais saboroso e era muito apreciado entre os antigos.”^x

Como colocamos, então, a questão de Conservatória? Pesquisaremos, em primeiro lugar, as fontes escritas, as palavras - *Wörter*, para tentarmos chegar à coisa - *Sache*. Assim tentaremos utilizar a corrente acima descrita.

4 - O VOCÁBULO CONSERVATÓRIA NOS DICIONÁRIOS

Para que pudéssemos tentar resgatar a origem do vocábulo, tentamos proceder a um levantamento das fontes primeiras, onde *conservatoria* **estivesse fixada**.

Começando pelo latim, sabemos que a gênese do termo prende-se ao verbo *servare*, que, segundo Ernesto Farias^{xi}, significava “preservar, guardar, assegurar a salvação ou a conservação”. Em Cícero, citado por Farias, temos a forma *conservator, -oris*, “conservador, salvador”, formado do prefixo *cum* (preposição - com) + substantivo *servator, -oris*.^{xii}

Após a pesquisa inicial, passamos a estudar o *Dictionaire Etymologique de la Langue Latine*, de Ernout e Meillet, e encontramos a forma *ser-*

vatorium, com o sentido de “local pra proteção”.^{xiii}

Entretanto, a melhor fonte de pesquisa para nós foi o monumental *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, da Librairie des Sciences et des Arts, de Paris, onde à página 515, lê-se:

“Conservatoria - rescripti Apostolici species, de qua Concilium Andegavense anno de 1365...

Bulla Pauli Papae III Conservatoria nuncupata In favorem Capituli... Ecclesiae Valentinae...per quam iudicibus per ipsum Capitulum nominandis comittitur conservatio bonorum omnium.”^{xiv}

Nossa tradução:

“Conservatoria - ponto de vista das respostas apostólicas, sobre a qual (diz) o Concílio Andegavense no ano 1365...

Pronunciados os votos de conservação na Bula do papa Paulo III em favor do Capítulo... da Igreja do Valentino...pela qual...pelo próprio Capítulo a conservação de todos os bons (hoemns) é confiada aos juízes nomeados.”

Aparece também a forma *conservatorium* com o sentido de “conservatorium piscium”, *id est*, “conservatório de peixes”.

Em dicionários da língua portuguesa do Brasil, não pudemos observar a forma *conservatoria*, apenas a forma masculina *conservatório*. Citamos Silveira Bueno.

“Conservatório - adju. Que serve para conservar alguma coisa, s. m. estabelecimento escolar destinado especialmente ao ensino das belas-artes”^{xv}

Entretanto, pesquisando em fontes bibliográficas antigas, encontramos o seguinte:

“Conservatoria - repartição dos conservadores do registro predial.”^{xvi}

A idéia de repartição pública está presente na palavra em Portugal, pois a forma *conservatória* é até hoje usada em Portugal como registro de nascimento de pessoas.

5- BREVE HISTÓRIA DO DISTRITO CONSERVATÓRIA

A história do distrito de Conservatória está ligada diretamente à história do município de Valença. Este, por sua vez, teve sua criação, graças a ordem do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, que, em 1789, incumbiu a Inácio de Souza Werneck rebater os índios Coroados, que infestavam a região, causando danos aos colonos lá instalados. Com o desbravamento inicial, foi necessário um trabalho de civilização dos indígenas, trabalho esse confiado ao padre Manoel Gomes Leal, pela Portaria de 5 de fevereiro de 1803. Convém aqui afirmar, que, em todo o território fluminense, apenas no município de Valença ocorreu a cate-

quese dos índios feita por sacerdotes portugueses, pois, em outros municípios, onde a atividade missionária levou à catequese dos nativos, essa estava em mãos de clérigos oriundos de outros países.

Poderíamos dar outros dados referentes à fundação da Vila de Valença - 1801, entretanto, passaremos agora a considerar, mais especificamente a relação índios Conservatória.

Segundo F. A. Noronha Santos, fundou-se o curato de Santo Antônio do Rio Bonito, na Conservatoria dos Índios. O cultivo das terras e a catequese dos índios já tinham sido iniciados desde 1801, porém, efetivamente, apenas no final da primeira década do século passado. Os problemas da disputa de terras com fazendeiros locais fizeram com que os índios fossem quase dizimados, só não o sendo por completo, graças aos esforços de homens como José Rodrigues da Cruz, Inácio de Souza Werneck, o padre Manoel Gomes Leal, Miguel Rodrigues da Silva, entre outros. Para salvá-los da destruição total foi-lhes concedida uma sesmaria de terras, sesmaria essa localizada na parte do sertão conhecida como Conservatoria dos Índios.

Existiam dois grupos índio Coroados no município de Valença naquela época, ou seja, Puris e Araris. Citando Luiz Damasceno Ferreira:

“Existiam nesse tempo, aldeados e dispersos pelo município, cerca de 1400 índios que estavam sob a inspeção do Ouvidor da Comarca e do Diretor dos índios, Miguel Rodrigues da Silva.”^{xviii}

Os Araris ocupavam o sertão do atual distrito de Conservatória, sendo descritos por Damasceno como “quasi brancos, bem feitos desmbaraçados e em maior abundância que os Purús.”^{xix}

Após esses dados iniciais, passemos a um cronograma sumário do distrito de Conservatória, com suas principais datas e fatos ligados à sua história:

- 1824 - fundação do curato da aldeia dos índios Araris; curato de Santo Antônio do Rio Bonito;
- 1839 - elevação à paróquia e à freguesia - decreto do governo provincial do Rio de Janeiro, n.º 136 de 19/3/1939;
- 1839 - 14/8 - arruamento do povoado;
- 1844 - primeiro registro de casamento em Coservatória;

- 1938 - 31/3 - o distrito de Rio Bonito teve o seu topônimo alterado para Conservatória.

Essas poucas informações nos podem dar uma idéia parcial sobre o topônimo *Conservatória* enquanto unidade distrital do município de Valença. Vejamos agora, um pouco mais aprofundadamente, a questão básica de nosso trabalho, ou seja, era a aldeia conservatória dos índios Araris ou a conservadoria dos índios?

6. ALDEIA DA CONSERVATÓRIA OU CONSERVATORIA DOS ÍNDIOS?

Poderíamos nos alongar, tecendo considerações da mais variada ordem sobre a origem do topônimo *Conservatória*, procurando descobrir raízes em troncos inimagináveis. Contudo, nossa pesquisa nos levou, desde o princípio, a somente duas possibilidades para uma possível elucidção do étimo.

A primeira corrente prende-se a uma relação *Conservatoria-Conservadoria*. Citemos algumas fontes:

1) Noronha Santos - "Consequencia desse desenvolvimento fundouse em 1824 o curato de Santo

Antônio do Rio Bonito - na *Conservatoria dos Índios* - ..."(p. 6).

2) Luiz Damasceno - "Existiam, n'esse tempo, e dispersados, dois aldeamentos no município, um n'esta cidade, onde já os índios se achavam entrelaçados com as outras famílias, distinguindo-se pouco dellas, e outro no arraial de *Conservatoria*, hoje Freguezia de Santo Antônio do Rio Bonito."(p. 8)

A outra corrente, com maior quantidade de documentação escrita, prende-se à aldeia conservatória dos índios:

1) Leoni Iório - "Não consta no arquivo da Prefeitura Municipal de Marquês de Valença nenhum documento que destinas-

se essa légua de terras para patrimônio dos índios de *Conservatória*."(p. 259)

2) Lima Paranhos - "A princípio, *Conservatória* era esse aldeamento dos índios 'Araris', em razão de ser território destinado à conservação desses selvagens. Mais tarde, tomou o nome de *Conservatoria*, que perdeura até hoje."(p. 16)^{xx}

3) Joaquim Norberto de Souza Silva - "Para patrimonio dos índios *Coroados*, fugitivos da aldêa d'aquelle nome, que se buscou concentrar n'este agradável e fertil sitio, foi doada uma sesmaria de legua de terra em

quadro ainda hoje conhecida pelo nome de *Conservatoria*.” (p. 262)^{xxi}

Temos, pois, duas vertentes para tentar explicar o étimo. Procurando, pois, utilizar o método de pesquisa filológico das “Wörter und Sachen”, podemos afirmar que se trata de um topônimo maior, isto é, o topônimo foi criado para dar nome ao lugar, já que, como vimos na nota acima, a região foi nomeada *Conservatoria*. Entretanto, com o decorrer do tempo, o local foi oficialmente nomeado - Santo Antônio do Rio Bonito -, o que pode também dar a entender uma possível não intenção na criação do topônimo, que aí seria caracterizado como topônimo menor.

Como vimos no item V deste trabalho, em Portugal, o vocábulo *conservatório* tem o sentido de registro de nascimento e de bens de órfãos.

Existe a palavra *conservadoria*, o que poderia pressupor uma posterior mudança fonética em ensurdeciment da consoante sonora, passando para *t*, vindo a gerar *conservatoria*, o que seria singular, já que a tendência nas línguas românicas é sempre ou quase sempre a sonorização da consoante surda, além da presença da sílaba fi-

nal terminada em ditongo oral crescente.

Na busca de outras hipóteses, depa-ramos com esse trecho retirado da *Memória Histórica e Documentada das Aldêas de Índios da Província do Rio de Janeiro*, de Joaquim Norberto de Souza Silva.:

N’este estado de cousas decidiu D. João VI..., restituir aos índios os terrenos compreendidos na mesma, e sujeitar os moradores que possuíam terras ao fôro que lhes fosse arbitrado pela camara da villa dos mesmos índios e nomeou a Miguel Dias da Costa para seu director, e na conformidade do despacho da mesa do desembargo do paço, de 5 de julho do mesmo anno, ordenou-se ao ouvidor da comarca que, como conservador dos índios, fizesse registrar as sobreditas ordens e a demarcação do terreno e títulos de posses dos moradores nos livros competentes para que se não pudesse mais fazer alienação alguma;” (p. 256)

Lemos em Leoni Iório, o seguinte quanto às ordens dadas ao ouvidor da comarca:

“Em cumprimento às ordens reais, o ouvidor da Comarca e Conservador dos Índios, Joaquim José de Queiroz, informava, ..., e mais - que havia pedido ao diretor lhe informasse sobre os terrenos necessários para a inauguração de novas aldeias.” (p. 45)

Um documento de capital importância para se elucidar a origem do topônimo é o decreto assinado por D.

João Vi, em 26 de março de 1819, cujo trecho mais interessante para nós é o seguinte:

“Nas referidas terras não se poderá mais fazer alienação alguma; e os moradores que já ahi se achão com casas ou com culturas serão conservados e pagarão o foro que se lhes arbitrar para a Camara da villa dos mesmos índios.”^{xxii}

Não temos dúvidas em afirmar que a origem do nome se prende, sem dúvida alguma, a *Conservatoria*, ligada a *Conservatório*. Os índios, após serem aldeados eram registrados, juntamente com seus bens, para que fosse possível um controle maior, por parte da Comarca, evitando-se assim, que fazendeiros inescrupulosos pudessem alegar posse da terra ilegal.

No *Mapa Turístico de Conservatória*, lê-se o seguinte sobre a origem do nome:

“Segundo alguns historiadores o nome provém do tempo dos Índios e em denominada ‘Conservatório dos Índios’, passando depois para Conservatória.” (p. 8)

Algo que nos chamou a atenção foi o fato da acentuação ter sido diferente nos vários textos. Sem dúvida, que no tempo de Joaquim Norberto de Souza e Silva e de Luiz Damasceno Ferreira, a ortografia ainda não estava atualizada, em relação aos dias de hoje. Leoni Iório e Claudino de Li-

ma Paranhos já escreveram com o nome *Conservatória*, nome do distrito. Perguntamo-nos por que então Noronha Santos prefere a forma *Conservatoria dos índios*? Qual então a origem da forma hodierna *Conservatória*? Aqui estão nossas considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa opinião, ocorreu uma analogia de formas para a criação do topônimo *Conservatória*. No atual município de Valença, havia no início do século passado, dois aldeamentos, duas aldeias - uma encarregada da catequese dos índios puris, contando já com um bom número de colonos brancos e a outra, criada com a finalidade de proteger, através do registro dos índios e seus bens (conservação), a qual se ocupava com os índios araris. A primeira deu origem à cidade de Valença, enquanto a segunda deu origem ao distrito de *Conservatória*, mais especificamente falando, da vila de *Conservatória*.

Aconteceu, em nosso ver, o seguinte processo para criação do topônimo:

- 1.º nome - *Conservatoria dos Índios*;
- 2.º nome - *Aldeia da Conservatoria dos Índios*;

- 3.º nome - *Aldeia Conservatória dos Índios*;

- 4.º nome - *Conservatória dos Índios*;

- 5.º nome - *Conservatória*.

Houve, cremos, confusão de sentidos da palavra *conservatório*, como registro de nomes e de bens. Com o caminhar do tempo, perdeu-se noção primeira da palavra em Portugal, deixando, porém, bem clara a idéia brasileira de “proteção, salvaguarda”. Quanto à diminuição do nome, de *Aldeia Conservatória dos Índios* para *Conservatória*, não podemos nos esquecer, que é fato incontestável a existência da tendência lingüística do falante a chamada “lei do menor esforço”. Após a modificação de sentido do termo *Conservatoria-Conservatória*, chegou-se à redução do nome.

Aqui está o trabalho. Sabemos que nossas teorias podem ser de uma hora para outra completadas por outras mais novas, graças aos incansáveis esforços dos pesquisadores. Nossas afirmações são baseadas sobre o material bibliográfico disponível encontrado por nós e pesquisado graças à ajuda dispensada por nós por personalidades da cultura valenciana. Entretanto, afirmamos e reconhecemos

as sábias palavras do professor Antônio Houaiss e elas é que motivam, cada vez mais, o aparecimento de pesquisadores no campo da Toponímia:

“cada um dá de si o melhor para que depois o melhor possa ser melhorado por outrem.”^{xxiii}

8. RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

8.1 - Resumo

O presente artigo é dedicado à apresentação de uma questão etimológica ligada a um topônimo fluminense, o distrito de *Conservatória*, em Marquês de Valença. A partir da caracterização do método da Geografia Lingüística, bem como da corrente das Palavras e Coisas - *Wörter und Sachen* - no original alemão -, tenciona-se fazer um histórico do topônimo acima mencionado e demonstrar o surgimento e evolução do mesmo, realçando, desta maneira, a importância da ciência filológica para o conhecimento e preservação da memória cultural de um povo.

8.2 - Abstract

The presente article is dedicated to the preservation of an etymological question, which deals with a toponym of the State of Rio de Janeiro, the district of *Conservatória*. In

Marquês de Valença. Since the characterization of the method - Linguistical Geography -, as well as of the Words and Things - *Wörter und Sachen* - in its german original -, a history of the toponym mentioned above is tried to be done and to be demonstrated its origin and evolution, pointing out, this way, the importance of the philological science to the knowledge and preservation of the cultural memory of a society.

9 - BIBLIOGRAFIA

1. AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
2. DICIONÁRIO Contemporâneo da Língua Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Tomo I.
3. CORAZZI, David. (editor). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Etymológico, prosódico, ortográfico. 2.^a ed, 1884.
4. FARIAS, Ernêsto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
5. FERREIRA, Luiz Damasceno. *Historia de Valença*. (Estado do Rio de Janeiro), 1803-1924. Rio de Janeiro: Em-

preza Graphica Editora Paulo, Pongetti & C., 1925.

6. GLOSSARIUM mediae et infimae latinitatis. Paris: Librairie des Sciences et des Arts, 1937. Tomo II.
7. ÍNDICE dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1971.
8. IORDAN, Iorgu. *Introdução à lingüística românica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 1982.
9. ÍÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje*. (1789-1952). Subsídios para a história do município de Marquês de Valença. Valença: /s. ed./, 1953.
10. MEILLET, A. e ERNOUT, A. *Dictionaire etymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 3.^a ed., 1951.
11. MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. *Introdução à Lingüística Românica*. São Paulo: Cultrix, 1974.
12. NETO, Serafim da Silva. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.
13. PARANHOS, Claudino de Lima. *Conservatória e notícias*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.
14. NORONHA SANTOS, F. A. *A conservatoria dos índios*. Rio de Janeiro: Revista da Sociedade Brasileira de Geographia, 1928.
15. ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 27.^a ed., 1983.
16. SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Dicionário escolar de ouro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, /s. d./.
17. SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Memória histórica e documentada das aldeas dos índios da provincia do Rio de Janeiro*. In: Revista do Instituto do Brasil, 1854.

10 NOTAS

- i. *Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo*, (1957), p. 81.
- ii. ÍÓRIO, L., (1953), p. 259.
- iii. NORONHA SANTOS, F. A., (1928), p. 6.

- iv. HOUAISS, A. In: ROSA, J. G., (1983), p. 10.
- v. MIAZZI, M. L. F. (1974), p. 37.
- vi. Id. ib., p. 38.
- vii. NETO, S. da S., (1957), p. 203.
- viii. IORDAN, I., (1982), p. 101.
- ix. Id. ib.
- x. MIAZZI, M. L. F., (1974), p. 64-65.
- xi. FARIAS, E., (1955), p. 840.
- xxi.. SOUZA E SILVA, J. N. de, (1854), p. 262.
- xxii. IÓRIO, L., (1953), p. 45.
- xii. Id. ib., p. 214.
- xiii. ERNOUT, A. e MEILLET, A., (1951), p. 1094.
- xiv. *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, (1937), Tomo II, p. 515.
- xv. SILVEIRA BUENO, F. da, /s. d./, p. 150.
- xvi. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, (1881), Tomo I, p. 384.
- xxiii. HOUAISS, A. In: AZEVEDO FILHO, L. A. de, (1987), p. 10.
- xvii. NORONHA SANTOS, F. A., (1928), p. 6.
- xviii. FERREIRA, L. D., (1925), p. 8.
- xix. Id.. ib., p. 9
- xx. PARANHOS, C. de L., (1981), p. 16

BREVE APANHADO SOBRE A CRÍTICA TEXTUAL NA MODERNIDADE

Ruy Magalhães de Araujo

Mestre e Doutor em Linguística e Filologia Românica, UFRJ. Editor Crítico: bolsa de fixação de pesquisador 2 - FAPERJ. Professor visitante da UERJ/FFP.

I CONCEITO DE FILOGIA E TEXTO

Filologia e texto estiveram intimamente relacionados. Os gregos possuíam três fonemas para expressar a sua índole de povo e civilização: **φιλομαθια** - amigo de aprender;

φιλοσοφια - amigo da sabedoria;

φιλολογια amigo da palavra, do discurso, do verbo.

Os três conceitos, até hoje, relacionam-se íntima e orgazicamente: * adquirir conhecimento; * posse do saber, domínio das ciências; transmissão dos conhecimentos, do saber, das ciências através da palavra, do discurso, do verbo.

O filólogo, do gr. **φιολογος**, era na Grécia Antiga apenas “l’amante del

parlare”, no dizer de Carlo Tagliavini, *Le origini delle lingue neolatini*, Bologns, Patron, 1982, p. 1. Com os filósofos da época, dentre os quais Aristóteles e Platão (este com os seus discípulos peripatéticos nos jardins de Academus), o termo evoluiu para um sentido mais amplo e passou a designar, além de *amigo da palavra*, também amigo da filosofia, do saber, da vontade de aprender, amante da erudição. Opunha-se, por conseguinte, a **μυσολογος**, aquele que não gosta de falar. Ladeando a filosofia, estava a filologia, que igualmente abarcava plurifacetados aspectos do saber, inclusive o estudo da literatura.

Desse modo, filólogo era sinônimo de sábio, de erudito, e que guardava semelhança com todo aquele que de-

tivesse maior acervo cultural ou de conhecimentos, transmitindo-o por meio da palavra, do discurso, do verbo.

O primeiro a ser intitulado de filólogo foi Eratóstenes de Cirene (séc. II a. C.) erudito de Alexandria e discípulo de Lisânias e de Clímaco. Em Roma, o primeiro a possuir o título de *philologus*, segundo o Prof. Sílvio Edmundo Elia, “foi um certo Ateius Praetextatus”, séc. I, a. C., consoante *Preparação à Linguística Românica*, Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1979.

À filologia cabem as seguintes divisões com os respectivos conceitos:

a) filologia clássica: estuda a cultura greco-romana, conforme nolo dão a revelar os textos antigos originais. É uma ciência da mais alta erudição;

b) filologia moderna: é a ciência que estuda a língua, a literatura e todos os fenômenos culturais de um povo (ou de um grupo de povos) com base em textos ou documentos escritos. Apoia-se essencialmente na lingüística, porém não pode e nem deve confundir-se com ela. A lingüística estuda a língua em si própria, tal qual ela é, independente de qualquer texto, sem nenhum comprometimento literário e estético; muito menos com a gramática, que visa a estabelecer normas e regras para o bom uso da língua.

Dentro do conceito moderno, temos a considerar:

FILOLOGIA <
 / Românica,
 / Germânica,
 / Eslava, etc.
 \ Portuguesa,
 \ Francesa,
 \ Italiana, etc.

A filologia também se denomina lingüística histórica.

É considerada ciência porque possui métodos, campo específico próprio e conjunto organizado de conclusões seguras e definitivas. Através dos métodos, para exemplificar com a filologia românica, dispõe do histórico-comparativo (que engloba a geografia lingüística e as palavras e coisa, “Wörter und Sachen”).

O campo específico próprio representa seu escopo, isto é, os textos e documentos escritos, donde sobressai, notoriamente, a ecdótica ou crítica textual. Hoje em dia, graças aos avanços da tecnologia, haja vista às várias formas de gravação de som em fitas magnéticas, é possível reduzir-se a “textos” documentos em prosa, poesia, e provenientes de outras formas de manifestação cultural fixadas na tradição oral. O conjunto organizado de conclusões seguras e definitivas é o que obtém dos resultados de sua atuação científica dentro do terreno da linguagem documentada em textos.

A filologia vale-se de várias ciências auxiliares: a paleografia, a epigrafia, a paleontologia, a arqueologia, a filatelia, a numismática, a codicologia, a heráldica, a história, a mitologia, etc. para alcançar as suas finalidades.

O texto, do latim *textum*: 1) tecido de pano; por extenso; 2) obra formada de várias partes reunidas, contextura; 3) contextura de estilo. E também *texo*, *-is*, *-ere*, *-textui*, *-textum*, v. transitivo: 1) tecer, entrelaçar, tramarmar (sentido próprio e figurado). Daí: 2) arranjar, dispor, compor; 3) construir, segundo Ernesto de Faria e Ruth Junqueira de Faria. *Dicionário*

escolar latino-português. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, p. 544.

O termo não traz, por via de regra, seu registo e sua definição nos dicionários da língua portuguesa. Somente os dicionários específicos o fazem. Para ilustrar, vejamos:

1) Chama-se texto o conjunto dos enunciados lingüísticos submetidos à análise: o texto é então uma amostra de comportamento lingüístico que pode ser escrito ou falado. 2) L. HJELMLEV toma a palavra *texto* no sentido mais amplo e com ela designa um enunciado qualquer, falado ou escrito, longo ou curto, velho ou novo. “Stop” é um texto tanto quanto *O Romance da Rosa*. Todo o material lingüístico estudado forma também um texto, retirado de uma ou mais línguas. Constitui uma classe analisável em gêneros divisíveis, por sua vez, em classes, e assim por diante, até esgotar as possibilidades de divisão.”, de acordo com Jean Dubois **et alii**, *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, p. 586, 587.

2) “TEXTO. Termo especializado pela glossemática para designar todo o conjunto analisável de signos. São textos, por conseguinte, uma conversação inteira, um verso, uma novela, a língua em sua totali-

dade, etc.”, de conformidade com Fernando Lázaro Carreter, *Diccionario de Términos Filológicos*. Madrid, Patron, 1987, p. 391, cuja tradução do verbete realizamos.

No caso específico, e numa conceituação mais singela, entendemos por texto qualquer documento escrito ou gravado que possa servir de instrumento a estudos de filologia.

II - O TEXTO: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA. AS TAREFAS BÁSICAS DA FILOLOGIA COM RELAÇÃO AOS TEXTOS.

Dada a etimologia e definida a conceituação da palavra texto, passemos a considerar-lhe a origem no aspecto de sua utilização cultural pela filologia.

Os antigos entendiam que a filologia era uma ciência que buscava três objetivos:

- fixar os textos;
- restaurar os textos;
- comentar e interpretar os

textos.

No início, os textos eram escritos de modo bastante elementar e por isso eram muito defeituosos. O material usado consistia em tijolinhos de barro cozido, tabuinhas finas cobertas

de cera e onde se gravavam letras com estiletes de ferro e madeira. Em seguida, passou-se a escrever em folhas de árvores, em papiros, em pergaminho, em palimpsestos. Já se empregava a tinta. Sobre a matéria, ouçamos o depoimento abalizado de Serafim da Silva Neto, em seu livro *Textos medievais portugueses e seus problemas* (Coleção de estudos filológicos), Rio de Janeiro: MEC/Casa de Ruy Barbosa, 1956, p. 13.

“Até o século XV o material mais freqüente usado nos manuscritos era o *pergaminho*, que vem a ser a pele de carneiro ou de cabra, cortada retangularmente e dividida em cadernos, depois de ter sido posta numa solução de cal (para tirar a gordura), secada, esfregada e polida com pedra pomes.

O copista com a pena de ave, nele traçava laboriosamente os caracteres, deixando em claro as iniciais e o espaço para as iluminuras, que ficava a cargo de outro artista.

Era trabalho árduo e moroso, que exigia obstinação e paciente cuidado; não estranha que fosse, por excelência, tarefa de monges. Por isso, para o trabalho da cópia existia nos mosteiros uma oficina chamada *scriptorium*, onde os monges trabalhavam em organização perfeita: um se encarregava da cópia, outro das iniciais a cores, outro das iluminuras, outro de colar as folhas, e assim por diante.

Não surpreenderá, portanto, que o livro fosse considerado uma rara preciosidade e

custasse por isso, uma pequena fortuna.

Com o advento do papel, verificou-se uma evolução significativa na preparação dos textos. Não existindo ainda a imprensa, (surgida por volta de 1440, com Gutenberg), os livros não eram editados e com isso se tornava imprescindível o trabalho dos copistas ou amanuenses, cujo trabalho era quase sempre sujeito a falhas e imperfeições. Em face dessas precariedades, os textos eram mal produzidos e sofriam freqüentes e graves alterações. Os originais perdiam-se ou se deterioravam de tanto serem manuseados pelos copistas.

Pode-se dizer, grosso modo, que *fixar* os textos consistia em corrigir as falhas dos cópias, de maneira a tornar esses textos, tanto quanto possível, idênticos ao anterior, *restaurar* os textos era quase a mesma coisa que *fixá-los*, sendo que nessa tarefa o filólogo teria que refazer os trechos de fragmentos deteriorados, reconstituindo-os, pois às vezes faltavam frases inteiras, destruídas pela ação do tempo, por incêndios, e até mesmo pelo constante manuseio dos copistas. Vejamos, por exemplo: “da alta da monte Olympo viasse o orige azu das deuses”.

Comentar e interpretar os textos eram também uma tarefa de imensa valia.

Comentar significava por um amplo enfoque em nível fonético, morfológico, sintático, lexical, interpretar era determinar os parâmetros dos significados dos textos através da semasiologia, ou semântica, ou semiótica; da exegese, perscrutando as minúcias do texto; da hermenêutica, penetrando em filigranas de interpretação religiosa, jurídica, etc. de cada palavra dos textos. Exemplo: “no orige aurea os deus se inventaram a música”.

III - CRÍTICA TEXTUAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E DEFINIÇÃO

Os textos, a rigor, dizem respeito aos seguintes segmentos históricos: antigos, medievais, renascentistas, modernos. Para efeito metodológico, entretanto, melhor seria considerássemos os textos inseridos nas quatro fases tradicionais da divisão da história: antigos, medievais, modernos e contemporâneos. Neste curso, adotaremos, todavia, a seguinte bipartição: textos antigos (da Antiguidade Clássica até a Idade Média); textos modernos (da Renascença até a atualidade).

Desde os tempos antigos até os nossos dias, as atividades filológicas foram basicamente sempre as mesmas ou se constituíram nas mesmas atividades, embora sob rótulos e nomenclaturas diversas: crítica textual, ecdótica, crítica verbal, crítica genética, textologia, em consonância com a evolução que se levou a cabo em vários países e em países diferentes.

Numa rápida perspectiva diacrônica, podemos mencionar os seguintes filólogos alexandrinos como grandes nomes da crítica textual de sua época: Zenódoto de Éfeso (cerca de 280 a. C.) foi o primeiro editor crítico, ao elaborar a edição crítica das obras de Homero. Também foi o primeiro diretor da biblioteca de Alexandria. Aristófanes de Bizâncio (por volta de 257-183 a. C.) deu continuidade e aperfeiçoou os trabalhos de Zenódoto de Éfeso quanto às edições críticas de Homero. Estabeleceu os textos críticos de Hesíodo, Píndaro, Alceu, Anacreonte, e também do seu homônimo Aristófanes. A ele se atribui a criação dos sinais críticos e a introdução do chamado “cânon crítico”. Na Idade Média, destacarm-se: São Jerônimo (373-420), que, utilizando-se dos métodos empregados por Orígenes (outro filólogo alexandrino) sobre a Bíblia, elaborou a e-

dição da Vulgata. Na atualidade, Karl Lachmann, filólogo alemão (1793-1851), criou os postulados da moderna crítica textual, com as edições do Novo Testamento Grego e com a obra de Lucrecio: *De Rerum Natura*. Outra figura de destaque foi Giorgio Pascuali (1885-1952).

Entendemos, então, por crítica textual moderna a ciência e a arte de reconstrução de um texto, ou realizar a sua fixação, quer seja ele literário, quer jurídico, quer religioso, quer político, quer histórico, quer filosófico, etc., o qual nos foi transmitido com erros e imperfeições. Essa reconstrução faz-se através do exame metucioso de cada uma de suas palavras e por meio das versões constantes dos exemplares com que o mesmo foi publicado.

Os seus objetivos agrupam-se, grosso modo em:

- investigar a autenticidade dos textos;
- em caso de análise, fazer o levantamento de toda a tradição textual;
- classificar os testemunhos (manuscritos e impressos);
- estabelecer critérios para a publicação de novas edições;

• avaliar a fidedignidade das tradições, tanto em edições antigas quanto em modernas.

A crítica textual é a expressão da cultura individual e coletiva por intermédio dos textos.

Configura-se, também, como sendo uma ciência autônoma, posto que a linguagem humana tem sido objeto de especulação por parte de outras ciências.

É de sua competência:

- preparar edições críticas de textos cui dadosamente estabelecidos;
- apontar o texto mais representativo da última vontade lúcida do autor;
- preparar um trabalho mais cuidadoso das variantes;
- preparar a edição crítica comentada.

O seu ponto culminante é a publicação da edição crítica.

Compreende-se por edição crítica a reconstrução de um texto viciado, imperfeito e defeituoso em sua transmissão, com base dos diferentes estados em que se encontra o mesmo nos vários exemplares apresentados, aproximando-os, dentro do possível, daquele que o autor considerou definitivo.

Uma edição crítica tem, muitas vezes, maior número de páginas do que a obra a ser criticada.

IV. A EDIÇÃO CRÍTICA DE TEXTOS: ETAPAS FUNDAMENTAIS E OBJETIVOS PRINCIPAIS

Em consonância com a nomenclatura estatuída por Karl Lachmann, seguem-se as etapas fundamentais de uma edição crítica de textos.

1. Considerações prévias:

1.1. Aspectos históricos e culturais - o contexto.

1.2. Aspectos biobibliográficos: dados da vida do autor, livros do autor e sobre o autor.

2. Momentos de preparação da edição crítica:

2.1. “Recensio”. Recensão. Etapa inicial. Consiste em recolher todos os elementos referentes àquela obra a ser estudada: manuscritos, impressos, tradição indireta, etc.

2.2. “Collatio”. Colação, v. colacionar. É a comparação, o cotejo de todos os materiais recolhidos.

2.3. “Eliminatio codicum descriptorum”. Consiste em localizar e eliminar os manuscritos e impressos que não se reconhecem de capital importância como representantes da última vontade autoral.

2.3.1. Classificação dos textos não eliminados.

2.3.2. Separação do texto que se irá examinar, a fim de ser eleito como o mais representativo da vontade autoral.

2.4. “Stemma codicum”. Estemática. Adaptação de “origem de tegere”, revelar a ascendência. A palavra é grega: **στεμμα**, através do latim “stemma”, ‘coroa, grinalda, diadema’. Aqui se trata de uma espécie de árvore genealógica de textos manuscritos e impressos. Mas não existem regras fixas. Cada caso é um caso à parte a ser tratado.

2.5. “Emendatio”, de “emendare”, ‘emendar, corrigir’. É o conjunto de operações que busca a correção de erros e falhas encontradas no texto de base. São infinitos o número e o tipo de erros e falhas. Abrangem letras, palavras, frases inteiras, por incúria e ignorância dos copistas, tipógrafos e revisores. Também por interferência descabida dos preparadores de textos notam-se essas lacunas.

V. PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO CRÍTICA PROPRIAMENTE DITA

3.1. Escolha do texto de base, isto é, o que se julga ser o mais

representativo da última vontade lúcida do autor.

3.2. Fixação do texto crítico: atualização ortográfica e revisão tipográfica (se for o caso).

3.3. Fixação exaustiva de todas as variantes em notas de pé de página. As variantes constituem modificações introduzidas pelo autor e seu registro representa uma fonte riquíssima de informações.

3.4. Organização da introdução crítico-filológica: motivos, planos, critérios adotados, aspectos histórico-sociais, etc.

3.5. Registro filológico (também chamado aparato crítico, “apparatus criticus”). No final do volume:

[Comentários filológicos].

3.6. Glossário.

3.7. Reprodução de fac-símiles (se houver).

3.8. Bibliografia.

Obs.: Os últimos três itens constituem partes não essenciais da edição crítica, embora necessários.

Finalmente, à crítica textual cabem ainda as seguintes tarefas:

a) Mostrar a história da criação do texto:

- o pré-texto: fase de mentalização;
- o prototexto: redação dos manuscritos (crítica genética ou manuscritologia). Os manuscritos podem ser autógrafos e apógrafos;

b) Examinar e provar a fidedignidade e a autenticidade dos textos: autor, época, fatores de ordem histórico-social, jurídica, econômica, ideológica, religiosa, política, etc.

Os textos podem ser:

- autógrafos ou autênticos: de autoria comprovada;
- apócrifos: de falsa procedência ou de fonte duvidosa;
- apógrafos: textos copiados e não assinados.

c) Princípios gerais: o problema ortográfico da letra “Y” e seu significado especial para os simbolistas; aplicação desses princípios gerais a diferentes tipos de textos e contextos culturais, p. ex. a literatura de cordel;

d) Organização e publicação de boas edições;

e) Supervisão de trabalhos de textos escritos para gravações sonoras: discos, fitas magnéticas, bem assim por meio de trabalhos informatizados;

f) Exegese e hermenêutica de textos.

Além da edição crítica, conhecem-se outras edições, as quais funcionam como subsídios valiosos, digamos assim, para a própria edição crítica.

i) edição diplomática ou paleográfica: é aquela que reproduz uma obra manuscrita com todas as características gráficas que a mesma contém, isto é, “ipsis litteris virgulisque”;

ii) edição diplomático-interpretativa: é a que altera a edição diplomática, separando as palavras que no manuscrito aparecem unidas, colocando as abreviaturas por extenso, atualizando a ortografia, enfim, superando toda e qualquer omissão ou falha que por acaso venha a comprova-se;

iii) edição fac-similar ou fotomecânica: reproduz um texto, manuscrito ou impresso, por meio de procedimentos fotográficos;

iiii) edição “princeps”: é a primeira edição de um texto.

VI. A FIDEDIGNIDADE DOS TEXTOS E SUA LEITURA SÓCIO-HISTÓRICA

Sob a óptica de obter-se boas edições, a ecdótica procura o melhor

percurso, a fim de atingir esses objetivos.

Neste capítulo, somam-se todos os pontos ou todas as etapas da elaboração de uma edição crítica, de acordo com os postulados básicos propostos por Karl Lachmann.

O que se busca, dentro do possível, é encontrar o texto que melhor se aproxime daquela considerado confi-

ável, transparente, lúcido, autêntico, fidedigno.

VII. RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

RESUMO

O presente trabalho oferece uma breve coleta sobre os estudos da Crítica Textual, desde a Antigüidade Clássica até os nossos dias, e tem

por objetivo propiciar subsídios para os futuros estudos que se vierem realizar a respeito.

RÉSUMÉ

Ce travail donne une brève récolte sur les études de Critique Textuelle, dès l'Antiquité Classique jusqu'à nos jours et il a l'intention de donner une contribution aux futures recherches qu'ils seront fait à propos.

MEIOS DE TRANSPORTE: UMA ABORDAGEM ONOMASIOLÓGICA PARCIAL

Maria Antonia da Costa Lobo

Mestre e Doutoranda em Lingüística e Filologia Românica, UFRJ. Pesquisadora-Colaboradora do CEFIL do Departamento de Lingüística e Filologia - Faculdade de Letras, UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade uma abordagem onomasioló-

gica parcial sobre determinandos meios de transporte, em certas regiões do território brasileiro.

Todavia, relativamente aos meios de transporte em questão, convém frisar

que foram selecionados aqueles que podem servir ao deslocamento de pessoas e/ou animais de um lugar para outro.

Se, por um lado, a restrição às referidas regiões do território do Brasil limitou estetrabalho, por outro, o engrandeceu, pois são praticamente inexistentes estudos ou análises em que se busque uma interpretação global das palavras ou expressões concernentes a meios de transporte, rematada pelo lapso de um atlas lingüísticos nacional.

Não se quer dizer com isso que o trabalho se feche em si, mas, ao contrário, está aberto a futuras complementações e possíveis reformulações - o tempo, as coisas, a linguagem e as pessoas mudam.

Nesta abordagem, procurou-se evidenciar as características onomasiológicas e o método das *Wörter und Sachen*, suportes metodológicos deste trabalho.

Fez-se também uma descrição sistemática das categorias em que foram agrupados os meios de transporte e uma (breve) análise explicativa em cada uma delas.

De início, foram feitas referências à importação de palavras e às semelhanças correspondentes, ao nível internacional, sempre no domínio dos meios de transporte. A seguir, foram enfocadas múltiplas facetas concernentes à área de formação de

palavras, quer por derivação, quer por composição. Registrou-se, igualmente, a importância semântica do processo de figuras de linguagem, pela associação que remete determinado aspecto da coisa a um dos sentidos do corpo humano. Mostrou-se, ainda, a presença dos meios de transporte nas denominações e expressões populares.

Em toda a confecção do trabalho, teve-se a preocupação permanente de se seguir o questionamento - POR QUE TAL COISA (OU OBJETO) TEM TAL DENOMINAÇÃO?

Buscou-se, em verdade, determinar a contribuição da Onomasiologia e da corrente das *Wörter und Sachen* para um certo tipo de leitura dos meios de transporte, bem como para o enriquecimento lexical, propondo-se que seja dada maior atenção ao que cerca o ser humano (Etnologia), mesmo no campo da comunicação.

2. ONOMASIOLOGIA

Constitui ela um ramo da Lingüística voltado para o estudo das expressões, dos recursos de que dispõe um idioma para traduzir, por meio de palavras, uma determinada noção ou um dado conceito, ou para nomear um objeto.

Nesse âmbito, há que se observar os seguintes fatos:

1) muitas palavras, ao passarem de um idioma para outro, acompanham o objeto que designam;

2) às vezes, o nome de uma coisa é substituído por uma palavra estrangeira, mesmo que seja por moda; e

3) consideração da realidade com abrangência cultural, caso em que, muitas vezes, se parte do objeto para a nomeação, até mesmo por um processo de transferência (vocabulário de uma determinada região).

Abordando-se a Onomasiologia, é possível falar de um método - *Wörter und Sachen* (palavras e coisas), sendo indispensável a inclusão de Hugo SCHUCHARDT e Rudolf MERINGERⁱ

Para Meringer, “as inovações lingüísticas difundiram-se, tal como as idéias e os elementos da cultura material, objetos agrícolas, da casa e da vida doméstica.” Paralelamente às *ondas lingüísticas*, podem ser observadas *ondas das coisas*ⁱⁱ

Para Meringer, o elemento primário é a palavra - precedente à coisa.

Para Schuchardt, a investigação das coisas e das palavras é feita em con-

junto, penetrando um tipo de investigação no outro. A coisa é o elemento primário e constante em relação à palavra, estando esta ligada àquela e girando ao seu redor. E mais entre a coisa e a palavra há a idéia.

Enfim, é possível constatar que, não só graças aos referidos autores, à associação das palavras e coisas, mas igualmente à Geografia Lingüística e à maior aplicação do método psicológico à Lingüística, pôde a Onomasiologia fazer sérios e importantes progressos em seu âmbito de atuação, permitindo que a riqueza de um idioma, em meios expressivos, fosse bem observada e contribuindo para uma visão orgânica desse mesmo idioma.

3. O LÉXICO DOS MEIOS DE TRANSPORTE

→ *Por presença de neologismo*

A grande maioria das palavras usuais da Língua Portuguesa nos meios de transporte provém do estrangeiro.

A facilidade de imitação e a aceitação de palavras estrangeiras é mais fácil e idônea do que, às vezes, a procura de recurso próprio dentro do nosso idioma. Como a coisa (meio de transporte) já existe, busca-se a palavra nas línguas estrangeiras, até

mesmo pelo fato de o neologismo ser, pelo menos no início, um elemento de criação recente.

Na verdade, o léxico é um processo contínuo de aquisição, por intermédio do vocabulário ativo (usual) e passivo (compreensivo). E os meios de transporte a isso não escapam.

→ *Os empréstimos lexicais*

O empréstimo lingüístico é tão antigo quanto a história da Língua, ou melhor, quanto a própria Língua. Representa ele a influência que um determinado idioma, veículo de uma cultura, sofreu com o decorrer do tempo, através de elementos lingüísticos adotados.

Nesse tipo de empréstimo, há uma profunda imbricação do sócio-cultural e do lingüístico - na relação de dependência está ainda a realidade exterior, não-lingüística, chamada de pragmática.

Paralelamente, também, se inclui uma visão até diacrônica, ligada a essa adoção de estrangeirismos. Todo estado do idioma carrega um certo diacronismo, já que a mudança lingüística em todas as áreas faz parte da própria essência de um idioma.

→ *Léxicos referentes aos meios de transporte*

Almadia, foi uma tomada feita ao Árabe (*Al-ma'adia* do verbo *mada* 'cavar um madeiro (veio) é moda de calha ou canoa'). Significa uma canoa monóxila (feita de uma só peça), estreita e comprida, fabricada de uma única árvore.

Balancé, empréstimo de forma e de significado franceses, era uma sege, com grande jogo de rodas muito trepidantes, embora modificado.

Apresentava um balanceado constante, fazendo com que o passageiro se mantivesse com dificuldades no veículo. Daí a sua denominação, extraída do passo de dança francês.

O balancê acabou sendo em nossa cidade, por onde trafegava, devido à sua impropriedade à circulação, em consequência de ruas, então, mal calçadas.

O **bangüê**, nome de várias significações, é um outro empréstimo lexical. Tem origem asiática (de BANGHI), é uma palavra empregada nas margens do Ganges para a designação do meio de transporte que, em nosso território, se tornou conhecido como liteira. Pode indicar, ainda, um aparelho de couro para curtume (chamado **anoque** no Rio Grande do Sul), engenho de açúcar ou **padiola**

de levar materiais de construção: terra, barro, tijolo...

Para Câmara Cascudo: “Há um esquife chamado bangüê em que se sepultam os escravos...”ⁱⁱⁱ

Havia, em verdade, até o clérigo de bangüê - elemento incumbido de acompanhar o sepultamento dos defuntos negros não pertencentes à irmandade do Rosário¹.

Bergantim, com origem no italiano *brigantino*, penetrou na Língua Portuguesa através do francês² com metátese da consoante vibrante /r/. Constitui-se em uma embarcação à vela e a remo, comprida e veloz, com 8 a 10 bancos para remadores (Era muito usada pelos portugueses no Oriente).

Berlinda é outra palavra originária do francês *berline*. Pequeno coche de quatro rodas, com quatro a seis lugares, coche esse suspenso entre dois varais. Designou, igualmente, um tipo de carruagem usada pelos monarcas em cerimônias. Foi construída, pela primeira vez, em Berlim sobre um desenho de Felipe de Chiense para Frederico Guilherme. Vulgarizou-se no Rio de Janeiro, antes de 1850.

Todavia, o vestígio desse meio de transporte ainda existe. Persiste, no

Pará, a tradição portuguesa na festividade do círio de Nossa Senhora de

1. No Rio Grande do Sul, meio de transporte de uma longa vara carregada por dois homens - um em cada extremidade - apoiada sobre os ombros deles. No meio dessa vara é colocada, devidamente amarrada, a carga a ser transportada.

2. A palavra data, em francês, de 1360.

Nazareth, ocasião em que a imagem é carregada na berlinda (já de um outro tipo) pelo povo.

Bonde é outro empréstimo lexical, desta vez, ao inglês *bond*. Este nome ligava-se aos *tramways*, sendo depois aportuguesado para bonde.

Coincidindo com o aparecimento desse tipo de transporte, em nosso país, em agosto de 1868, o Visconde de Itaboraí, Ministro da Fazenda do Brasil, emitira o empréstimo nacional de juros, pagável em ouro com papéis - *BONDS* - e que, para facilidade de trocas, a Companhia, responsável pelos bondes, adotara bilhetes de passagem, onde havia um carimbo com o desenho do veículo. O povo logo aproximou esses dois fatos, e a palavra *bond*, com amplitude cada vez maior, em relação à significação, passou a designar esses passes, a Companhia e os veículos como *BONDE*, ocasião em que se

constata o fenômeno da paragoge pela inclusão da vogal /e/.

Falua, alteração de *faluca* (do árabe *faluka*, com significação de fender as ondas), forma vulgar de *fulk* (barca), originariamente, é uma embarcação pequena, costeira, estreita e comprida, com vela, tendo comumente quatro remos, com toldal de uso marroquino. Correspondeu à embarcação de recreio dos reis portugueses.

→ *As semelhanças universais*

Incluem-se, nesse caso, meios de transporte indicados por palavras comuns, em particular, as semelhanças gráficas observadas em várias línguas. Táxi, por exemplo, é encontrado no francês, no espanhol, no inglês e em português.

Entretanto, quando se diz semelhança gráfica, cumpre observar literalmente esse critério adotado, pois caso se compare lexicalmente ambulância em Portugal e no Brasil, percebem-se dois significados diferentes: o que é conhecido aqui e aquele atribuído no outro lado do continente, que é o de viatura dos correios.

Às vezes, pode ser que diferenças se moldem, independentemente, de um lado e de outro do Atlântico, e não venham a coincidir rigorosamente

com o que está apresentado, pois, o que é chamado de *ônibus* no Rio de Janeiro, é chamado de *auto-carro* em Lisboa.

Também a identidade gráfica não estabelece o gênero da palavra. Metrô é masculino em português e feminino em italiano (da palavra *metropolitana*).

A língua inglesa, mesmo não pertencendo ao conjunto das línguas neolatinas, teve, no caso, sua inclusão motivada pela grande influência exercida na introdução de termos relativos aos meios de transporte de caráter tecnológico, importância essa relevada por ser ela a língua da diplomacia internacional.

Assim, na *generalização do conceito*: port. ambulância, fr. ambulance, ing. ambulance, it. ambulanza; port. automóvel, fr. automobile, ing. automobile, it. automobile - esp. automóvil - port. balão, fr. ballon, ing. balloon, esp. balón; port. bicicleta, fr. bicyclette, ing. bicycle - it. bicicleta.

→ *Por derivação*

Na derivação ocorre que, das palavras primitivas, são formadas outras, ocasião em que se acrescentam, ao radical dessas palavras, elementos que servem para modificar, restringir

o primeiro sentido ou para referi-lo a idéias mais particulares.

E esse processo de formação de palavras, mediante o emprego de sufixos e até de prefixos, acoplados a um radical, é o responsável pelo surgimento de um certo número de palavras relativas aos meios de transporte.

Enquanto o prefixo funciona como mero reforço vocabular, o sufixo acrescenta algo mais à palavra, especialmente se esta pertence à área dos transportes.

Em **encouraçado**, por exemplo, o prefixo *en-* aparece apenas como reforço pleonástico do particípio *couraçado*, pois *couraçado* sozinho já significa o *navio-de-combate* revestido de couraça metálica, blindada.

Em **submarino**, o prefixo *sub-* denota bem a localização do meio de transporte que se movimenta embaixo d'água.

Ora, como a derivação consiste em tirar uma palavra da outra, de tal forma que se perceba a nítida relação do parentesco entre o derivado e o derivante, há, na essência desse processo formador de palavras, algo que se chama *filiação*.

Na palavra **embarcação** isto é bem marcado, bastando apenas decompô-la (em + barca + ação).

No âmbito da derivação sufixal, no caso dos meios de transporte, a expressividade do léxico é tão imaginativa que, ao arrolar um sufixo em seu radical, torna-o novo termo dependente um do outro e se resume ao significado que se quer dar.

O uso do sufixo *-ão* originou meios de transporte como **carroção, carratão, caminhão...**

Note-se que o aumentativo sugere uma carga com maior energia do que simplesmente a de algo muito grande. Aliás, **carroção** não é tão grande assim, não é aumentativo de *carroça*, cuja idéia pode ser subentendida, quando se diz, por exemplo, **carroção de ferro**.

O sufixo *-inho*, formador de diminutivos, nos meios de transporte pode ser verificado, por exemplo, em **carrocinha, carrinho, barquinho e cadeirinha**. Note-se que carrinho e barquinho podem não ser meios de transporte pequeninos, mas são, certamente, coisas queridas e apreciadas. Reiterando, em **bondinho do Pão-de-Açúcar** sobressai o valor afetivo do sufixo *-inho*. A idéia de pequenez da coisa é associada à

idéia de ternura, de simpatia, de graciosidade que o carioca revela no seu bondinho.

Do sufixo *-eiro/a*, formaram-se tipos de embarcações que possuem reservatórios para transportar cargas específicas. Os exemplos registram-se em *baleeiro* (de baleias), *casqueiro* (de carga geral), *garoupeira* (de garopa), *graneleiro* (de carga-agranel), *petroleiro* (de petróleo), *torpedeiro* (de torpedos), *saveiro* (do espanhol *savaleiro*, relativo à pesca do savalo).

O próprio sufixo acusa a tendência de procura e captação da mercadoria referida. Tem-se, assim, o matiz de pescar baleias, garoupas e sávalos, de apanhar cascas comuns, a granel e líquida, e de encher com torpedos. Acrescente-se a este último a idéia de lançar torpedos em um alvo pré-determinado.

Os sufixos salientam a coisa, “batizando o nome”.

No que se refere ao processo de formação de palavras, denominado COMPOSIÇÃO, no caso dos meios de transporte, ele se faz, sobretudo, por transformação do material existente ou de sua utilização para outros fins expressivos.

A palavra **hidroavião**, que justapõe o elemento grego de composição *hidro* (água) ao empréstimo francês *avião*, já completamente incorporado ao português, refere-se ao “avião que pousa na água”, podendo, também, ser acrescentados outros qualificativos, visando a especificidade plena, como um **hidroavião monoplano** que dotado de asa e apresenta duas naceles.

Em **ultraleve**, o elemento de composição *ultra-* indica, pelo uso de um superlativo, a extrema fragilidade da aeronave. Em **transatlântico**, o prefixo latino *trans-* denota o significado da palavra, isto é, “que se locomove para além do Oceano Atlântico”- embora não circule só além do Atlântico, nem só nele.

Às vezes, a necessidade de precisão de sentido é tanta, que se faz necessário o acréscimo de mais de termo aos já existentes. Daí, **aeronaves teleguiadas, espaçonaves tripuladas...**

No mais, alguns desses elementos de composição se vulgarizaram e, desse modo, passaram a ser designados como meios de transporte. Houve a popularização de *auto* na forma reduzida de **automóvel**, de *metrô* naquela de **metropolitano** (ou metropolitana), *táxi* na de **taxímetro**, *ônibus*, na redução de **auto-ônibus**.

A todo instante o nome dado por composição e o objeto têm afinidades entre si, relacionando, dessa maneira, palavras e coisas.

→ *Afinidade e criação primitiva:: o papel das preposições nos meios de transporte*

O emprego da preposição desempenha um instrumento de ligação entre o meio de transporte e a função para que se destina.

Observem-se: **avião de bombardeio, avião de carreira, barco a motor, bonde a burro, carrinho de bebê, kombi a frete, ônibus a diesel, veículo com motores...**

Em verdade, a preposição pode ser um instrumento de precisão lógica. Todavia, em certos casos, ela pode vir a ser omitida, sem prejudicar a inteligência do discurso (avião caça); mas, em outros, ela determina relamente o fim (**carro de corrida, avião de passageiros...**). Neste caso, não marca evidentemente uma relação de posse do segundo elemento para com o primeiro.

Caso interessante ocorre em bonde a burro que traduz perfeitamente a clareza do sentido e de equilíbrio rítmico. Será que alguém já imaginou bonde a burro ou bonde de burro, sem o *de* ou o *a*?

→ *As figuras de linguagem e os meios de transporte*

Na constituição dos nomes dos meios de transporte, recorre-se, às vezes, a certas maneiras para indicar o nome da coisa que se fundamenta em alguma semelhança ou analogia com algo existente. O recurso se baseia na metáfora e na metonímia.

A formação por aproveitamento metonímico reflete uma conexão estabelecida, por convenção, entre um signo e o seu referente.

Nesse caso, incluem-se: a *vitória* (originária do antropônimo Vitória I, rainha da Inglaterra, que pela primeira vez, usou o meio de transporte, em 1846), a *vigilenga* (tipo de embarcação habitual em Vigia (no Pará), no tráfego na baía de Guajará), o Elevador Lacerda (cujo nome advém do Engenheiro Antônio Lacerda).

Em outros meios de transporte, procura-se definir o significado dos mesmos por uma coisa que é outra, em virtude da semelhança metafórica entre um traço característico de A. e B.

A viatura policial para o transporte de presos exprime-se, outrora na Cidade do Rio de Janeiro, por **tintureiro** e hoje exprime-se por **cambu-**

rão. Em São Paulo, recebeu o nome de **viúva-alegre** e, posteriormente, de **camarão**; no Amazonas, **manduquinha**; no Maranhão, **carinhosa** e **carrocinha**, em Minas.

Camburão designava o barril onde antigamente se transportavam, para despejo, matérias fecais. O carioca rapidamente assimilou a palavra, transferindo essa noção para a viatura policial, associando presos a coliformes fecais ou coisa parecida.

O significado de **tintureiro** associa-se bem à lavanderia, por haver tintura (mudança de cor, após a lavagem). A denominação dada ao meio de transporte diz respeito a “lavar a roupa suja”, mas, sobretudo, a lembrar ao criminoso que deve ser la(e)vado da cidade.

Em **viúva-alegre**, há de se decompor as palavras para explicá-las separadamente. Como viúva refere-se à mulher que “perdeu” o marido, e alegre, a alguém que sente alegria, tem-se a comparação da mulher com a sociedade e do marido com o marginal, o que dá a explicação da sociedade a quem se livrou do marginal e se sente feliz pela ausência oportuna. É a sociedade, através de integrantes de uma de suas instituições - a policial - que prendeu o bandido.

Em **manduquinha** - associe-se ao verbo latino *manducare* (= devorar) sem deixar vestígio no uso culto da Língua Portuguesa - tem-se o sufixo *-inho* acoplado à idéia da ação de deglutir os marginais, retirando-os de circulação.

Carrocinha está vinculada, por analogia, à carrocinha de cachorros, usada para recolhimento de cães vadios.

→ *Os apelidos*

O termo apelido foi aqui tomado como sendo nome particular dado a alguma coisa ou denominação característica.

Neste caso, enquadram-se: **assistência**, **mãe-caridosa**, **mãe-carinhosa** (Maranhão) - para ambulância -, **cabrita** (kombi), **carro** (elevador), **calo-de-aço** (motocicleta), **cipó** (trem), **frescão** (ônibus dotado de sistema de ar condicionado), **Joaninha** (patrulhi-nha), **Maria Fumaça** (locomotiva a vapor), **pau-de-arara** (caminhões - provenientes do Nordeste - com passageiros de pé, segurando em uma congarina de madeira (cumeeira), à maneira de uma ave... e muitos outros.

→ *Expressões populares*

Pelo recurso a palavras existentes, verifica-se que há a possibilidade de

permissão de uma inovação criativa contextual, a partir da terminologia dos meios de transporte catalogados, representando uma forma de contribuição à ampliação vocabular.

Daí: *estar na berlinda, dar uma de bicicleta, o homem do tintureiro*, sem falar no boi. Envolvendo este animal, destacam-se: *ir amolar o boi, apanhar como boi ladrão, pegar o boi pelos chifres, botar o carro na frente dos bois*.

Outro veículo urbano de transporte coletivo deu origem a: *esta mulher é um bonde, vender bonde ao mineiro, mineiro não compra bonde, pegar o bonde andando, tomar o bonde errado...*

4. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

No léxico relativo aos meios de transporte verifica-se que, na Língua Portuguesa, a maioria das palavras que os designam é alienígena: carro tem origem latina, bonde é inglesa, almadia, oriunda do árabe...

Uma característica que acompanha os meios de transporte foi um influxo de palavras, em grande parte, européias que se prolongou até os dias atuais. Aqui, o processo se revestiu na introdução de termos de âmbito internacional, como táxi, e na cu-

nhagem por palavras *portuguesas*, foneticamente semelhantes a estrangeiras, cujos significantes foram tomados por empréstimos com paráfrase, como *bonde*.

O léxico referente aos meios de transporte aponta, muitas vezes, a inovação, a partir da coisa existente.

A possibilidade sintática de se inovar, aliada à percepção semântica do falante, favorece à criação de belas idéias em meios de transporte, como é o caso de *carrocinhas de doces*.

As designações dos meios de transporte permitem que se faça uma reconstituição lexical de tempos idos, notadamente através dos apelidos. Permitem, ainda, comprovar vestígios de época, nos seus mais diversos aspectos.

Quem não se lembraria do então Prefeito (manauara) Manuel Ribeiro, quando ouvisse falar do Maneco, o micro-ônibus que circulou, em Manaus, como transporte alternativo?

Os meios de transporte são, ainda, responsáveis pela geração de um jargão, relativamente ao comércio dos mesmos, a partir de algo já existente. Para indicar a dificuldade nas vendas de certos tipos e/ou marcas de automóveis, os funcionários ou proprietários de agências se servem

de: *tranqueira, encrenca, carro-de-golpe* ou *duas alegrias*. Esse léxico se associa a barreiras, a embaraços, à quase possibilidade de compra e/ou de venda.

5. RECAPITULAÇÕES SUMÁRIAS

5.1 - Resumo

O presente trabalho é uma abordagem onomasiológica parcial referente aos meios de transporte, relativos a determinadas regiões do território brasileiro. Ele foi baseado na teoria e na prática onomasiológica em meios de transporte, nas palavras estrangeiras, na formação de palavras estrangeiras, nas figuras de linguagem, na associação de idéias.

5.2 - Résumé

Le travail en question est un abordage onomasiologique concernant les moyens de transport relatifs à des régions données du territoire brésilien. On s'est aussi basé sur la théorie et la pratique onomasiologique en moyens de transport, sur les mots étrangers, sur la formation des mots, sur les figures de langage et sur l'association d'idées.

6. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ALMEIDA, Jorge Luiz Abreu de O' de. *Os transportes na*

- América Latina*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1978.
- 2) BASTOS, Humberto. "ABC dos Transportes". In: *Geografia dos transportes*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério dos Transportes, 1971.
- 3) BEAUREPAIRE, Rohan. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. 2.^a ed. Bahia: Livraria Progresso Editora, 1955.
- 4) CARVALHO, Nelly. *Empréstimos Lingüísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- 5) CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: INL, 1954.
- 6) MIAZZI, Luiza Fernandez. "Palavras e Cousas e Onomasiologia". In: *Introdução à Lingüística Românica*. Histórico e métodos. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 63-7.
- 7) NOTAS
- 8) QUEIROZ, Dinah Silveira de. *Livro dos Transportes*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Globo, 1970.
- 9) SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *Meios de transporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: /s. e./, 1934, 2. v.
- i) Fundador da revista "Wörter und Sachen" e um dos criadores, juntamente com Hugo SCHUCHARDT, do método das Palavras e Coisas.
- ii) IORDAN, I., (1973), p. 114.
- iii) CASCUDO, L. da C., (1954).

Revista Philologus — CiFEFiL
Instruções Editoriais

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL: esta filiação se dá por meio da aceitação, por parte dos interessados, dos estatutos do Círculo, bem como pela aprovação dos trabalhos, julgados de valor, pela Equipe de Apoio Editorial (EAE) e pelo pagamento de uma taxa mínima de adesão, de acordo com os estatutos do Círculo. Outrossim, são aceitas contribuições e intercâmbios externos segundo julgamento da EAE, supramencionada, e pagamento da referida taxa;
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cabe à EAE a revisão, para publicação, dos trabalhos aceitos, e eventuais modificações no texto que serão apresentadas ao(s) autor(es);
4. Não cabe ao CiFEFiL a exclusividade de publicação dos artigos, em conformidade, portanto, com o item 2., *supra*;
5. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 5.1. os originais devem estar datilografados em papel ofício branco A-4 (210 x 297 mm), espaço duplo, margens de 3 cm nos quatro lados - com excepcional tolerância de 1,5 cm na margem direita da folha -, e, com o mínimo de 10 e máximo de 25 folhas batidas e revisadas;

5.2 na folha de rosto do trabalho devem constar:

- título do artigo;
- nome(s) do(s) autor(es);
- breve *curriculum* do(s) autor(es), enfocando as atividades mais ligadas ao artigo;
- resumo informativo em português e em inglês com, no máximo, 150 palavras, em coluna dupla e redigido segundo

a NBR-88 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

5.3. a composição do texto deverá conter a seqüência: *Introdução, Desenvolvimento, Conclusão*, ou, obedecer o sistema de numeração progressiva da NBR-69;

5.4. as notas não-bibliográficas devem ser resumidas e colocadas, após entrada no texto através de letra ou número, no pé de cada página;

5.5. as notas bibliográficas devem ser transcritas, logo após a *Conclusão* e em ordem alfabética, de acordo com a NBR-6023;

5.6. as citações, formal (transcrição) ou conceptual (paráfrase), devem ter, obrigatoriamente, a identificação completa das fontes. Esta identificação deve estar localizada nas notas bibliográficas e segundo o item 5.5, *supra*;

5.7. a bibliografia deve ser colocada após as notas bibliográficas ou, na falta destas, depois da *Conclusão*, e, se

o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;

5.8. as ilustrações, tabelas e gráficos devem ser enviados em original e cópia no tamanho A4 com respectivas legendas, indicações no texto do lugar de seu aparecimento e numeração de páginas;

5.9. não serão aceitas fotografias de nenhum tipo.

6. Esta Revista, pelo menos e excepcionalmente em seus primeiros números, terá a sua composição executada em computador através do programa editor de textos Word for Windows, versão

6.0. Em vista disso, o constante do item 5.8. *supra*, e de acordo com suas qualidades de reprodução, será inserido na Revista através de xerocópias.